

organizadores:

Elizangela Araújo Pestana Motta

Ricardo Costa Alvarenga

Karolinne Silva Lima

Wendel Vinicius Santos

EMARANHADO DE CONHECIMENTO

100 ANOS

DE NASCIMENTO DE

PAULO FREIRE



2022

ELIZANGELA ARAÚJO PESTANA MOTTA

RICARDO COSTA ALVARENGA

KAROLINNE SILVA LIMA

WENDEL VINICIUS DE FREITAS SANTOS

(Organizadores)

EMARANHADO DE CONHECIMENTO
100 ANOS DE NASCIMENTO DE PAULO FREIRE

EDITORA PASCAL

2022

CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO SÃO LUÍS

Ismael Lima Leite

Reitor

Rosemary Midori Sugita Oshima

Pró-Reitora de Graduação

Elizangela Araujo Pestana Motta

Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

José Samuel Scriviner Neto

Pró-Reitora de Administração e Finanças

I SIMPÓSIO INTERNACIONAL ESTÁCIO SÃO LUÍS - SIES

Elizangela Araújo Pestana Motta

Ricardo Costa Alvarenga

Coordenação Geral e Científica

Karolinne Silva Lima

Wendel Vinicius de Freitas Santos

Coordenação de Secretária e Cultura

Aline dos Santos Mendes

Coordenação de Cerimonial

Rafael Ricarte

Coordenação de Comunicação

2022 - Copyright© da Editora Pascal

Editor Chefe: Dr. Patrício Moreira de Araújo Filho

Edição e Diagramação: Eduardo Mendonça Pinheiro

Edição de Arte: Marcos Clyver dos Santos Oliveira

Bibliotecária: Rayssa Cristhália Viana da Silva – CRB-13/904

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Dr. José Ribamar Neres Costa

Dr. Diogo Guagliardo Neves

Dr. Saulo José Figueredo Mendes

Dr. Gabriel Nava Lima

Dra. Camila Pinheiro Nobre

Dra. Selma Maria Rodrigues

M.Sc. Eduardo Oliveira Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M921e

Coletânea Emaranhado de conhecimento: 100 anos de nascimento de Paulo Freire. / Elizangela Araújo Pestana Motta, Ricardo Costa Alvarenga, Karolinne Silva Lima e Wendel Vinicius de Freitas Santos (Orgs.). — São Luís: Editora Pascal, 2022.

96 f.; il. – (Emaranhado de conhecimento, v. 01)

Formato: PDF

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-86707-85-4

D.O.I.: 10.29327/558275

1. Educação. 2. Conhecimento. 3. Pensamento freuriano. 4. Professor. I. Motta, Elizangela Araújo Pestana. II. Alvarenga, Ricardo Costa. III. Lima, Karolinne Silva. IV. Santos, Wendel Vinicius de Freitas. V. Título.

CDU: 370::082.2

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2022

www.editorapascal.com.br

contato@editorapascal.com.br

PREFÁCIO

Ismael Lima Leite
Centro Universitário Estácio São Luís

Nos dias 01, 02 e 03 de setembro de 2021, o Centro Universitário Estácio de São Luís realizou o seu primeiro Simpósio Internacional, nominado SIES Emaranhar, com o fito de, não apenas atender ao compromisso regulatório de conferir experiência internacional aos seus estudantes, professores e profissionais envolvidos, mas, sobremaneira, em razão da necessidade em assumir o protagonismo acadêmico, científico e social na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, viabilizando uma semana de intensos debates, discussões, produções filosófico-científicas essenciais às diversas áreas educacionais do ensino superior.

Tendo por inspiração primordial homenagear o filósofo, pedagogo pernambucano Paulo Regius Neves Freire, o referido simpósio contou com a participação de cerca de pouco mais de 600 inscritos, entre professores, profissionais, alunos, autoridades e palestrantes nacionais e internacionais. Um evento integralmente gratuito e remoto, valendo-se do mote atual de estreitamento das distâncias mediante o uso da tecnologia, contou com palestrantes originários de 6 países, fora o Brasil, integrantes da América Latina, Europa e Ásia perpassando importantes áreas acadêmicas dos diversos ramos da ciência.

A escolha do standard condutor deste impactante evento não foi graciosa. Paulo Freire, como se sabe, além de completar 100 anos de vida em 2021, se vivo estivesse, é considerado um dos pensadores mais importantes da pedagogia mundial. Como é sabido, não apenas por ter recebido a titulação como doutor honoris causa em 41 instituições de educação superior pelo mundo, as obras do referido filósofo estão entre as mais citadas dentro do espectro de trabalhos rigorosamente científicos nas ciências humanas e sociais. Em universidades como Oxford, Harvard e Cambridge e Stanford Paulo Freire não apenas é estudado como também festejado.

Assim sendo, nada mais auspicioso do que se valer da fertilidade e força intelectual freiriana, para empreender rigoroso e incessante debate, o qual revisitou e, criticamente ofereceu aos seus participantes – e oferece agora aos fortuitos leitores dessa obra – reflexões sobre educação, mídia e comunicação, pedagogia, direito e os desafios da saúde em suas diversas áreas, enquanto processo de alcance da autonomia, mediante uma postura contextualmente comprometida com os dilemas atuais da sociedade.

A presente obra se faz imperiosa para o âmbito acadêmico, seja em aspecto conceitual, como também pelo compromisso de se rediscutir a pragmática das profissões dentro de suas gramáticas mais cotidianas, o que norteará de modo muito preciso, qualquer leitor que tenha por compromisso a realização de seu mister dentro das fronteiras da ética e do rigor científico.

Freire é chamado à baila de uma forma inevitável e por um motivo que somente sua perseverança pela defesa da dignidade total e pela inclusão do outro possa trazer: a educação e a prática das ciências precisam impedir que os aspectos ideológicos possivelmente imiscuídos nos objetos pré-construídos artificialmente por uma academia neutra e cindida da vida real possam ser ressignificados e perpetuados, evitando que se mantenha a chamada domesticação dos dominados.

A educação mais autêntica passa a considerar o educando como ser digno em suas especificidades e significações históricas, assim como o próprio processo educativo abandona a prisão das salas e seus ditames simbolicamente violentadores para ser feita de modo peripatético, democrático e vivo.

A profundidade e urgência do pensamento freiriano remonta a grandiosidade das obras dos dois maiores literatos da história, Tolstói e Dostoiévski, comparados a Homero e Shakespeare, respectivamente, foram responsáveis por devolver a vitalidade à literatura retomando de modo brutal a aproximação do homem com a sua própria história, valendo-se, para tanto, da contraposição do urbano com o bucólico, resgatando de modo visceral os dilemas psicológicos que suas intensas personagens viveram, e retomando o costume por lidar com as decepções e com a culpa.

O preço deste distanciamento do homem com o mundo e suas tradições foi a própria desumanização, em que o indivíduo não poderia mais de modo autêntico aproveitar e aprender com as vicissitudes da vida. O trabalho foi reduzido à ideia de sucesso e ostentação de bens e o tempo passou a valer quanto mais alimentasse essa lógica. Os indivíduos passam a se restringir à utilidade, e uma sociedade hedonista, que exclui para valorizar o que possui e expõe em redes sociais tecnológicas, para gerar inveja e desejo, passou a se tornar hipócrita e, nos últimos tempos psicótica, pois insensível ao outro.

O distanciamento da prática em relação à teoria, colocando essa última em situação de supremacia em relação à primeira é que implementa um domínio simbólico e linguístico, insuficiente para a construção de uma ética profissional global. A lógica formal da razão menospreza o conhecimento do caminho para se alcançar um resultado, preocupando-se, apenas, de modo egoístico e inculto a satisfazer interesses que não ultrapassam a própria esfera de percepção.

Acima de tudo, para se educar é necessário antes se ter uma forte vocação em realizar sonhos e como não se sonha com o éter, a condução desses sonhos e a construção de profissionais e cidadãos autônomos pressupõe o compromisso com o ser no mundo.

É na diversidade de pessoas e suas múltiplas experiências que teremos, não apenas a garantia da inclusão, como também iremos permitir que soluções diversas e criativas possam ser desenvolvidas. Não há outro caminho, seja ele ético, seja ele produtivo, a se adotar: precisamos trilhar pelo espaço do outro com muito respeito, encarando toda a sua complexidade, para que possamos obter uma sociedade de pensamento e soluções complexas e completas.

Não por outro motivo que Paulo Freire é o farol intelectual que conduz a semana de debates do SIES Emaranhã, permitindo que de forma holística e transversal a academia repense suas convicções, seus cânones teóricos e sua práxis, tudo pelo grande objetivo de conferir autonomia e tornar o conhecimento produzido um verdadeiro instrumento de libertação e capaz de resolver os dilemas mais herméticos que as profissões atualmente se deparam.

O evento entrelaçado com as convicções freirianas se fez internacional, global, não apenas pela participação de importantes profissionais e teóricos brasileiros e dos diversos países participantes, mas principalmente porque, em essência, propõe a construção de saberes que rompem as artificiais fronteiras da dominação e do enviesamento ideológico, travestido e vendido hoje como apolítico e neutral.

Desta feita, a presente obra oferece uma importante consolidação da germinação de ideias críticas, inovadoras, a partir de lugares de fala diversos, dialeticamente trazendo à baila experiências culturais densas que dialogaram e fizeram do SIES Emaranhã um dos principais eventos acadêmicos do ano, tudo isso à luz do pensamento necessário de Paulo Freire nos tempos atuais.

Impende-se dizer e reconhecer o árduo trabalho realizado pela comissão organizadora do evento, em que nominalmente se reverencia a professora dra. Elizângela Motta, Pró-reitora de Pós-graduação, Pesquisa, Extensão e Internacionalização do Centro Universitário Estácio São Luís; o professor dr. Ricardo Alvarenga, a professora esp. Karolinne Lima, professora esp. Aline Mendes e o professor me. Rafael Ricarte além de toda a equipe acadêmica e administrativa dessa nobilíssima Instituição de Ensino Superior.

Permitir com que a densidade do pensamento freiriano possa perpassar todas as áreas do saber com uma energia crítica e construtiva, pelo o que se exige dos principais desafios das profissões, desaguando, de modo rico e útil, dentro de um contexto de tamanho obscurantismo em que o mundo passa, em uma obra de tamanha lucidez e importância, é fazer com que este singular evento de abrangência nacional e internacional possa ser degustado com muita precisão por aqueles profissionais, leitores e pensadores mais ávidos pelo o que é verdadeiro, bom, correto e útil.

Cada página, a partir de agora, precisa ser aproveitada. Em relação àqueles que estiveram presentes no SIES Emaranhã, haverá a oportunidade de se reviver uma experiência acadêmica e profissional ímpar, do contrário, quem for, a partir desse momento, experienciar os debates ao norte referenciados, agarre-se ao farol freiriano e aproveite para, a partir de então, ressignificar seus conceitos profissionais e toda a sua prática, a qual, certamente, estará cada vez mais comprometida com resultados sustentados na ética e na dignidade humana, principal fator que se exige de qualquer profissional global.

ORGANIZADORES

Elizangela Araújo Pestana Motta

Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Maranhão (2020); Mestrado em Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2006), graduação em Farmácia pela Universidade Federal do Maranhão (2003). Atualmente, Pró-reitora de Pós-graduação, pesquisa e extensão. Coordenadora e docente do curso de Farmácia do Centro Universitário Estácio São Luís, além de docente também nos cursos de Enfermagem e Nutrição, nas áreas de farmacologia e fitoterápicos e plantas medicinais (coordenadora do projeto Horto Urbano); Coordenadora dos projetos Bula informativa e Descartes de Medicamentos. Conselheira Regional de Farmácia (Efetiva) mandato 2020-2023 e Diretora-Tesoureira do CRF/MA mandato 2020-2021. E membro do Comitê de Ética e Pesquisa - Plataforma Brasil (CEUMA).

Ricardo Costa Alvarenga

Doutor e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), com pesquisa na área de Comunicação e Religiões, com foco na América Latina. Professor de Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu nas áreas de Economia Criativa e Licenciaturas. Vice coordenador do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Religião da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM). Membro do Grupo de Pesquisa COMUNI - Grupo de Pesquisa em Comunicação Comunitária e Local. Coordenador da Signis Jovem Brasil, da Associação Católica de Comunicação (Signis Brasil). Membro do Grupo de Reflexão sobre Comunicação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Palestrante, assessor e consultor em comunicação para instituições civis e religiosas. Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Faculdade Estácio de São Luís.

Karolinne Silva Lima

Área de formação LETRAS e PEDAGOGIA, especialista em LÍNGUA PORTUGUESA e mestranda em MEIO AMBIENTE. Experiência em docência de LÍNGUA PORTUGUESA e suas respectivas LITERATURAS no nível superior e ensino médio. No âmbito corporativo possui experiência em correção de informativo empresarial, bem como na assessoria de comunicação. Desde 2013 possui experiência como Procurador Institucional e focal de regulatório do Centro Universitário Estácio São Luís.

Wendel Vinícius de Freitas Santos

Licenciado em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e suas respectivas literaturas, pela Universidade Estadual do Maranhão. Licenciado em Pedagogia. Especialista em Gestão Educacional. Mestre em Letras - Teoria Literária pela Universidade Estadual do Maranhão. Atuou como professor de Produção Textual e coordenador de Laboratório de Redação no Ensino Fundamental e Ensino Médio, Gestor Pedagógico do Ensino Médio, Gerente Pedagógico da Educação Infantil, Ensino Fundamental - anos iniciais e finais - e Ensino Médio. Atualmente, ocupa a função de Gerente de Ensino (Colégio O Bom Pastor Júnior), Diretor Pedagógico (Colégio O Bom Pastor Calhau) e de Professor Auxiliar de Graduação no curso de Pedagogia do Centro Universitário Estácio São Luís.

APRESENTAÇÃO

Elizangela Araújo Pestana Motta
Centro Universitário Estácio São Luís

O Centro Universitário Estácio São Luís é uma instituição de ensino superior (IES) que prima pela qualidade do ensino, pelo cumprimento de um planejamento sério e coerente, com a confirmação de todos os seus valores e o compromisso maior de transformar o Maranhão numa terra com profissionais capacitados para gerar impacto, bem como tornar seu Estado um lugar próspero e sustentável.

A internacionalização da educação superior é apontada como um valor universal do conhecimento e formação, além de ser uma expressão voltada para a tendência em oferecer experiências internacionais aos seus colaboradores, acadêmicos, docentes e gestores.

É um dever das universidades, por meio da gestão de um sistema de cooperação interinstitucional solidificado e fortalecido, com a existência de estratégias claras, tais como: viabilidade e integração da comunidade estrangeira; facilitar o estabelecimento da rede de professores no mundo; diminuição das barreiras linguísticas; sensibilização da comunidade acadêmica; fomentar oportunidades de mobilidade; formação de parcerias, convênios e programas de cooperação; abrir oportunidades de trabalhos para egressos; incentivar a cultura solidária institucional; apoio necessário ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e extensão e por último a avaliação das ações de cooperação (PESSONI, 2017; STALLIVIERI, 2002)¹.

Afirmção essa ratificada pelo Ministério da Educação (MEC), onde a internacionalização se enquadra em: programas e ações que inserem a IES no contexto internacional por meio de cooperação com outras instituições, transferência de conhecimento, mobilidade acadêmica de docentes e estudantes, alunos estrangeiros matriculados na IES, oferta de disciplinas em língua estrangeira, estímulo a publicações e participação em eventos internacionais, participação em processos avaliativos internacionais, entre outros. A internacionalização da educação é fundamental para preparar toda a comunidade acadêmica para atividades empreendedoras, em um mundo cada vez mais globalizado e integrado

O Simpósio Internacional Estácio São Luís (SIES) nasceu de uma conversa em uma mesa entre docentes e de uma inquietude dessa modalidade de evento na

¹ PESSONI, Rosemeire A. B. Internacionalização do ensino superior. *International Studies on Law and Education*, São Paulo, n. 28, p. 93-110, 2017. Disponível em: <http://www.hottopos.com/isle28/93-110Rose.pdf> Acesso em: 12 nov. 2017.
STALLIVIERI, Luciane. O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior. *Educação Brasileira*, Brasília, v. 24, n. 48, p. 35-57, 2002.

unidade que se tornou Centro Universitário em 2020. Aproveitando o terreno fértil preparado pelo Clube de Leitura Paulo Freire lançado e desenvolvido em nossa instituição durante o primeiro semestre de 2021, por docentes de diversos cursos ganhou maior visibilidade a celebração do centenário do educador e filósofo Paulo Freire.

Assim o SIES foi lançado no I Fórum de Internacionalização que ocorreu no mês de Junho de 2021 com a presença de Gestores locais e nacionais como forma de ampliar a visibilidade da proposta do evento. Quando resgatamos a conceituação do termo simpósio chegamos à definição de uma reunião de iniciativa de determinada comunidade científica em torno de um assunto específico com vistas a agregar resultados e considerações de modo a promover avanço no sentido de sua clarificação. Pesquisadores convidados apresentam suas considerações e/ou resultados sobre o tema, para debate amplo com um público com interesses comuns.

O primeiro SIES foi realizado nos dias 01 a 03 de setembro de 2021, de forma gratuita e on-line (remota) que teve por objetivo articular saberes e promover discussões em um emaranhado de conhecimentos, acionando professores, pesquisadores e demais participantes. A identidade criada para o evento pelo professor me. Rafael Ricarte resgara justamente a noção de contato, rede e conexão o que leva a noção de emaranhado de conhecimento.

A organização e as atividades foram compostas por docentes e pesquisadores nacionais e internacionais de diversas instituições no mundo. A programação foi dividida em palestras, painéis e oficinas e minicursos nos três turnos dos dias ocorridos. Alguns países participantes desse evento além dos pesquisadores no Brasil foram: Inglaterra, Japão, Paraguai e Chile.

A internacionalização é um processo dinâmico que envolve e complementa os três pilares importantes das universidades: ensino, pesquisa e extensão. E dessa forma, o objetivo desse evento, realizado com várias mãos engajadas que buscam o diferencial para sua comunidade acadêmica, foi disponibilizar o quanto a obra e estudo do prof. Paulo Freire encontra-se mais vivo e mais presente no processo de ensino-aprendizagem do que se imaginava, em diferentes eixos temáticos discutidos durante o evento: Educação, Cultura, Comunicação Tecnologia, Inovação, Saúde e Direitos Humanos.

Outro objetivo foi promover um evento que possa ser reconhecido como parte do calendário acadêmico e da identidade da instituição, garantindo visibilidade local, regional, nacional e internacional para o Centro Universitário. Por fim, possibilitar aos docentes e discentes do Centro Universitário Estácio São Luís e comunidade em geral a oportunidade de conhecer e aprofundar debates sobre temas atuais e contemporâneos de maneira transversal e interdisciplinar.

É certo que ainda encontramos algumas limitações para o desenvolvimento da internacionalização, tais como: problemas linguísticos devido poucas instituições

oferecerem outros idiomas, por exemplo; baixa experiência internacional docente e disponibilidade de recursos. E precisamos mudar essa realidade demonstrando que é possível sim.

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	5
ORGANIZADORES	8
APRESENTAÇÃO.....	10

PARTE I

CAPÍTULO 1.....	16
SINAIS DA RELEVÂNCIA E ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE Cicilia M. Krohling Peruzzo	
CAPÍTULO 2.....	24
RELEVÂNCIA DO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE PARA ENTENDER O BRASIL HOJE: ENTRE A CRÍTICA E A ESPERANÇA Ana Cristina Suzina	
CAPÍTULO 3.....	35
TECNOLOGIAS DIGITAIS E MÚLTIPLAS METODOLOGIAS ATIVAS A SEREM UTILIZADAS EM CONTEXTOS DA (E PÓS) PANDEMIA João Batista Bottentuit Junior	
CAPÍTULO 4.....	42
EDUCACIÓN Y TIC PARA EL SIGLO XXI, UNA MIRADA EDUCOMUNICACIONAL Jaime Carril Rojas	
CAPÍTULO 5.....	50
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: UMA COSTURA CRÍTICA E ESPERANÇOSA COM PAULO FREIRE Jacira de Sá Carvalho	

PARTE II

CAPÍTULO 6..... 57

A PALAVRAMUNDO: DA LEITURA DO MUNDO À LEITURA DA PALAVRA

Wendel Vinícius de Freitas Santos

CAPÍTULO 7..... 62

REFLEXÕES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE PARA OS DE-SAFIOS DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS PANDEMICOS

Karolinne Silva Lima

André Felipe Costa Santos

CAPÍTULO 8..... 66

ESPERANÇAR EM RODA

Érica Andressa Rocha da Silva

CAPÍTULO 9..... 70

PAULO FREIRE E BELL HOOKS: O ENSINAR A TRANSGREDIR

Grace Kelly Silva Sobral Souza

Chirlene Pessoa Sousa

CAPÍTULO 10..... 76

ENSINO JURÍDICO, DESENVOLVIMENTO E A TEORIA DA AÇÃO ANTIDIALÓGICA EM PAULO FREIRE

Marco Aurélio de Jesus Pio

CAPÍTULO 11..... 82

DIREITOS HUMANOS NO SÉCULO XXI: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA ATUALIDADE

Fabricia Carvalho da Silva

POSFÁCIO 88

AUTORES..... 90

The background of the image is a photograph of a bookshelf filled with books, overlaid with a semi-transparent yellow filter. A large, white, geometric shape, resembling a stylized letter 'A' or a large triangle with a curved top, is positioned in the center, framing the text.

PARTE

I

REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS



CAPÍTULO 1

SINAIS DA RELEVÂNCIA E ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE

Cicilia M. Krohling Peruzzo

1. INTRODUÇÃO

Este texto tem o objetivo de refletir sobre a relevância do pensamento do brasileiro Paulo Freire tentando demonstrá-la com base no reconhecimento demonstrado na repercussão nacional e internacional de seu pensamento por meio citações, reedições de suas obras e tradução para idiomas estrangeiros, além de várias homenagens em títulos, esculturas e eventos.

É fácil e ao mesmo tempo difícil falar de Paulo Freire. A facilidade está na disponibilidade abundante de obras dele e sobre a sua obra, além de documentários audiovisuais que existem que, em grande parte, podem ser acessados gratuitamente na internet quanto pela clareza de sua escrita. A dificuldade está em fazer recortes, pois seu pensamento é um todo coerente e muito bem fundamentado em princípios filosóficos humanistas e dialéticos. Desse modo, as abordagens são sempre delimitadas a partir da escolha de enfoques. Neste texto, priorizamos aspectos gerais que evidenciam o reconhecimento sobre a relevância de sua contribuição, principalmente ao campo da Educação, mas que transcendem para outras áreas do conhecimento, como da Comunicação Social.

Apesar de algumas de suas obras serem mais conhecidas, ele escreveu dezenas de livros de autoria pessoal, entre os quais menciono: *Educação como prática da liberdade*, *Pedagogia do Oprimido*, *Extensão ou comunicação*, *A importância do ato de ler*, *Ação Cultural para a liberdade e outros escritos*, *Cartas a Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*, *Educação e mudança*, *Conscientização: teoria e prática da libertação*, *A importância do ato de ler em três artigos que se completam*, *A educação na cidade*, *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido*, *Pedagogia da Autonomia*, *Política e educação*, *Professora, sim: tia, não: cartas a quem ousa ensinar*, *Cartas a Cristina*, *À sombra desta mangueira*, *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*, *Pedagogia dos sonhos possíveis*, e *Pedagogia da tolerância*.

2. RECONHECIMENTO DA RELEVÂNCIA DAS IDEIAS DE FREIRE

Em 2021 comemora-se o centenário de nascimento de Paulo Freire (19/09/1921-02/05/1997). Brasileiro, nascido na cidade de Recife, cujas obras principais, publicadas nas últimas décadas do século passado, ganham progressivas reedições, o que mostra que guardam atualidade e relevância singulares.

O autor já foi visto como “o educador mais importante da segunda metade do século 20” (CARNOY, 2004, p. 7) e chamado de “o Rousseau do século 20” (BHATTACHARYA, 2011, p. 101), “o John Dewey da era presente” (KANPOL, 1997, p. 13) e criador de uma teoria do conhecimento (BRANDÃO, 2006).



Um dos indicadores dessa relevância é o fato de sua obra mostrar-se viva e sendo rememorada em muitas partes do Brasil e no exterior por ocasião das comemorações dos seus 100 anos de nascimento. No exterior, por exemplo, ocorreram dois simpósios na Inglaterra, um em dezembro de 2019 e outro em junho de 2021, na Loughborough University de Londres, além de outros eventos que discutem suas contribuições mundo a fora, como na Universidade Católica Boliviana San Pablo, no coração da América Latina, ocorrido em setembro de 2021.

No Brasil, também foram realizados neste ano de 2021 muitos eventos específicos sobre a obra de Freire em distintas instituições, como na Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de Maringá, Instituto Paulo Freire, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Centro Universitário Estácio São Luis, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Universidade Estadual de Londrina, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade São Judas, Centro Paulo Freire de Estudos e Pesquisas¹, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Universidade do Estado de Minas Gerais, e na Universidade Federal de Pernambuco, Universidade do Estado de Minas Gerais, entre outros. Na UFPE, em 2021, foi realizado o X seminário Paulo Freire, portanto um evento que ocorre há dez anos. A Universidade criou, inclusive, a Cátedra Paulo Freire, em reconhecimento à sua obra, até porque o pensador nasceu na cidade que acolhe esta universidade, Recife, além de ter vivido nela durante muitos anos e ter deixado marcas importantes desde as atividades profissionais desenvolvidas em várias instituições do Estado de Pernambuco. Também foram ofertados cursos especiais sobre Paulo Freire em Programas de Pós-Graduação em Comunicação, a exemplo da Universidade de Brasília, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2021.

Outro indicativo da importância de Freire é a aceitação internacional e no Brasil de sua obra. Não por acaso Paulo Freire recebeu pelo menos 39 títulos de *Doutor Honoris Causa*, além de outra dezena de outras honrarias (prêmios, medalhas, condecorações) prestadas por universidades e outras organizações do Brasil e de outros países (VEIGA, 2019).

Seu livro *Pedagogia do Oprimido*, publicado em primeira edição em espanhol no ano de 1970 enquanto estava exilado no Chile, foi escrito entre 1964 e 1968. No Brasil, a primeira edição foi em 1968, mas ficou inédito até 1974, pois foi proibido de circular no país pela ditadura militar instaurada em 1964. Como lembra Carlos Rodrigues Brandão (2006, p.15), “durante boa parte dos anos dos governos militares no Brasil, os seus livros foram proibidos, as suas ideias foram consideradas perigosas e o seu próprio nome foi impedido de ser pronunciado em nossas escolas e universidades”. E, apesar desse cerceamento, com a redemocratização do país suas ideias continuaram a repercutir. Em 2019, o livro *Pedagogia do oprimido* já estava em sua 71ª edição, pela Editora Paz e Terra. Este livro é o terceiro mais citado em trabalhos de ciências humanas no mundo, segundo o Instituto Paulo

¹ Sediado em Recife. Em 2021 promoveu o XI Colóquio Internacional Paulo Freire, um evento em sua décima primeira edição. Portanto, um evento que não ocorre apenas no ano do centenário.



Freire (2016), e foi traduzido para mais de 30 idiomas (ARAUJO FREIRE, 2018). É o único livro brasileiro a constar da lista dos 100 títulos mais indicados por professores nas bibliografias das universidades de língua inglesa (Estados Unidos, Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia) pesquisadas pelo projeto Open Syllabus (apud VIEIRA, 2021). Outras obras suas também foram traduzidas para mais de 20 idiomas².

Outro dado que indica a internacionalização de suas ideias é que existem centros educativos e de pesquisa com seu nome em nove países: Finlândia, África do Sul, Áustria, Reino Unido, Alemanha, Holanda, Portugal, Estados Unidos e Canadá (VEIGA, 2019), e ainda na Espanha e Peru (BRANDÃO, 2006), além de vários pelo Brasil. Segundo Brandão, 2006, p.15), “de Sul a Norte de nosso país, mais de três centenas de escolas públicas e particulares têm o seu nome”.

Ele é homenageado também com esculturas pelo mundo. Uma estátua muito sugestiva, está na Praça de Estocolmo³, na Suécia, e também em Joanesburgo, na África do Sul, na qual Freire aparece ao lado de outras seis personalidades famosas como Pablo Neruda e Ângela Davis.

No Brasil, ele é imortalizado em murais e estátuas, especialmente bustos, espalhados pelo país, como no Rio Grande do Norte⁴, em Pernambuco⁵, no Rio Grande do Sul⁶ e no Paraná⁷. Sua importância no Brasil também é confirmada pela grande aceitação de suas ideias desde o fim do século XX até os dias atuais. Por um lado, seu pensamento ecoa em instituições da educação formal através da assimilação de algumas de suas visões, embora sua proposta pedagógica não tenha chegado a se tornar uma Política Pública de Educação efetiva em nível nacional. Por outro lado, houve a incorporação de suas ideias e a ressignificado de seu método no contexto da educação popular, aquela que acontece no âmbito dos movimentos sociais, pastorais da Igreja Católica - como a Pastoral da Terra e Pastoral Operária, e nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), como também por outras instituições religiosas e organizações não governamentais.

Um segundo aspecto que atesta o reconhecimento de sua contribuição para uma educação humanista e emancipadora, alicerçada no diálogo e em convivência pacífica entre as pessoas, instituições e povos, é o fato de Paulo Freire ter sido declarado Patrono da Educação Brasileira, título conferido pela lei 12.612, em 2012, pelo Congresso Nacional.

Contudo, a pedagogia freireana não tem aceitação plena no País. Ela incomoda os setores conservadores adeptos a valores do patriarcalismo e do fascismo, tal como aqueles representados no atual governo federal. Jair Bolsonaro chegou a xingar Paulo Freire de energúmeno, além de ter prometido extirpar sua pedagogia no Brasil quando de sua campanha eleitoral em 2018. Entre os anos de 2017 e 2019 foram feitas tentativas de revogação da honraria como Patrono da Educação Brasileira junto à Câmara dos Deputados, tendo sido rejeitadas.



3. ATUALIDADE

Apesar de passados mais de 50 anos da publicação de suas obras clássicas, como por exemplo, *Pedagogia do Oprimido*, *Educação como Prática da Liberdade*, e *Extensão ou Comunicação?* - numa conjuntura de opressão dos anos 1960 e 1970 -, suas ideias ainda repercutem no momento atual e conservam a atualidade. Os problemas econômicos, políticos e culturais a partir dos quais ele desenvolveu sua proposta pedagógica continuam vigentes, embora ampliados e mais complexos.

A releitura de sua obra nesse difícil momento em que o Brasil está vivendo é essencial pois pode contribuir indicando caminhos para se enfrentar a falta de consciência política, ou a consciência ingênua, a falta de entendimento sobre os reais mecanismos de manipulação da opinião e do controle ideológico de segmentos da população, principalmente, dos segmentos subalternizados.

Disse Paulo Freire (1981, p.105), citando Alvaro Vieira Pinto: a consciência crítica "é a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica. Nas suas relações causais e circunstâncias. A consciência ingênua (pelo contrário) se crê superior aos fatos, dominando-os de fora e, por isso, se julga livre para entendê-los conforme melhor lhe agrada".

Paulo Freire enxergou uma realidade, situada principalmente no nordeste e no norte do Brasil, marcada pelas desigualdades e injustiça social e apregoou a necessidade de transformação da realidade. A transformação social é uma importante chave do seu pensamento, pois é a partir da visão de que é possível mudar que ele desenvolve sua pedagogia, essencialmente comunicativa, uma vez baseada nas relações dialógicas entre educador e educando, e em seu método de alfabetização de jovens e adultos.

Freire se preocupou com a educação das "massas", mirando em especial quem não tinha condições de frequentar a escola, ou seja, sem acesso à educação formal com seus dias consecutivos e seus turnos cheios. E por que ele valoriza a educação das massas? Nos livros *Educação como prática da liberdade* (1981) e *Pedagogia do oprimido* ([1968] 2019), Freire fala bastante no desenvolvimento da cultura como parte de um processo de mudança, ao reconhecer que as condições culturais dos brasileiros e brasileiras como impregnadas de valores do paternalismo e de práticas antidemocráticas geradores do mutismo e da cultura do silêncio, com origem na escravidão e nos demais enquadramentos políticos e econômicos exigidos do povo pelos governantes. É devido à essa situação que ele vislumbra a necessidade de passagem de uma mentalidade de inexperiência participativa e de analfabetismo para outra baseada na criticidade, o que se faria com base em processos educativos emancipadores. Em outras palavras, a educação seria um caminho para se sair da condição de desinformação, ignorância e manipulação.



É a partir desse inconformismo com a realidade brasileira que ele desenvolve a pedagogia da libertação. Ele critica a educação bancária – vertical, verborosa e baseada na transmissão de conteúdo – e propõe a educação libertadora, centrada em relações dialógicas entre educador-educando.

Na concepção bancária,

a educação passa a ser `o ato de depositar`, no qual os alunos são os depósitos e o professor aquele que deposita. Em lugar de comunicar, o professor dá comunicados que os alunos recebem pacientemente, aprendem e repetem. É a concepção acumulativa de educação. (...) Nela o conhecimento é um dom concedido por aqueles que se consideram como seus possuidores àqueles que eles consideram que não sabem. Projetar uma ignorância absoluta sobre os outros é característica de uma ideologia de opressão. É a negação da educação e do conhecimento como processo de procura (FREIRE, 1979, p.79).

Em contraposição, na pedagogia libertadora a educação é problematizadora. É “fundamentada sobre a criatividade e estimula a ação-reflexão verdadeiras sobre a realidade, respondendo assim à vocação dos homens [entenda-se pessoas] que não são seres autênticos se não quando se comprometem na procura e na transformação criadoras” (FREIRE, 1979, p.81).

Desse modo, a educação libertadora ajuda a pessoa a reconhecer-se como sujeito, ao libertar-se da condição de objeto, quando a pessoa acaba correspondendo e reproduzindo às visões e os interesses das classes dominantes. Ser sujeito é “deixar de pensar com a cabeça dos outros”. Ou, como disse uma pessoa num dos Círculos de Cultura de Recife: “quero aprender a ler e a escrever para deixar de ser sombra dos outros” (FREIRE, 1981, p. 113).

Como se daria o processo educativo necessário para ocorrer tal mudança? Além de teorizar sobre as relações dialógicas entre educador e educando, Freire oferece um método de alfabetização, o qual desenvolveu e que lhe rendeu um exílio de 15 anos (1964-1979). Um método que alcançou alfabetizar jovens e adultos em 45 dias, segundo consta da experiência dos Círculos de Cultura realizados em Angicos⁸, no Rio Grande do Norte. Um método que ensina não apenas ler e escrever palavras, mas a ler a realidade, e partir dela escrever palavras.

Enfim, a robustez da obra de Paulo Freire está na densidade ontológica de sua pedagogia, a da educação libertadora, que pensa o Ser em sua gênese como ser humano.

Segundo Vieira (2021, p. 7),

⁸ Em 1963 Paulo Freire desenvolveu um programa de alfabetização de jovens e adultos em Angicos, no Rio Grande do Norte, a partir de uma iniciativa formal do governo do estado, uma experiência muito referenciada por ter conseguido alfabetizar em 45 dias. Neste mesmo ano também chegou a ser criado no Brasil o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), baseado no método freiriano (ARAUJO FREIRE, 2018, p.179, p. 189). No entanto, o plano foi revogado no fim de janeiro do mesmo ano, na eminência do Golpe Militar de 1964. Em seguida Paulo Freire foi preso e, depois de solto, exilado por 15 anos.

a liberdade e humanização do Ser para Paulo Freire é construída como uma ontologia do Ser, ou seja, o ser humano é um ser inacabado baseado na perspectiva da filosofia existencialista de Sartre, Heidegger, Marcel e Jaspers. É um processo contínuo de sua humanização em busca do "ser mais". Sendo assim, é uma filosofia guiada conduzida por princípios dos quais os seres humanos são motivados pela necessidade de raciocinar e se envolver no processo de tornar-se.

A robustez do seu pensamento se expressa em algumas ideias-força, ou categorias teórico-filosóficas, que permeiam toda sua produção bibliográfica, as quais apenas menciono devido os limites de espaço: ser sujeito, conscientização, diálogo, liberdade/libertação, e transformação social. Estas podem ser identificadas em várias de suas obras e foram absorvidas na práxis da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa quando desenvolvida no âmbito de comunidades e de movimentos sociais populares cívicos envolvidos na transformação da realidade opressora dos segmentos subalternizados da população.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta pedagógica de Freire, apesar de pensada no âmbito da educação de adultos extrapolou-se para o conjunto da educação formal. Não chegou a constituir-se numa política pública nacional de educação, como já foi dito, mas transcendeu em iniciativas de escolas, faculdades e universidades, uma vez sendo absorvida por educadores. No entanto, ganhou asas especialmente na educação popular, ou seja, aquela desenvolvida no âmbito da educação não-formal e na educação informal efetivada junto aos grupos populares em comunidades, movimentos sociais e na extensão universitária.

Contudo, convém frisar que essa extrapolação para a educação popular foi prevista por ele mesmo (1979), pois já falava da educação libertadora como processo que se dá tanto dentro como fora da escola formal. Portanto, conseguiu que suas ideias iluminassem iniciativas de intervenção social voltadas à formação de pessoas conscientes e capazes de tornarem-se sujeitos do próprio processo educativo e das dinâmicas sociais mobilizadoras em prol da coletividade alicerçada na humanização, justiça e democracia.

Referências

- ARAÚJO FREIRE, Ana M. de Araújo. **Paulo Freire: uma história de vida**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- BHATTACHARYA, A. **Paulo Freire: Rousseau of the Twentieth Century**. Rotterdam: Sense Publishers, 2011.
- BRANDÃO, Carlos R. **Paulo Freire, educar para transformar: fotobiografia**. São Paulo: Mercado Cultural, 2006.
- CARNOY, M. F. **FREIRE, P. Pedagogy of the heart**. New York, NY: Continuum, 2004.
- FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.



_____. **Conscientização**. Teoria e prática da libertação. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 71.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1968] 2019.

INSTITUTO PAULO FREIRE. Paulo Freire é o terceiro pensador mais citado em trabalhos pelo mundo. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 08 jun.2016. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/noticias/463-paulo-freire-%C3%A9-o-terceiro-pensador-mais-citado-em-trabalhos-pelo-mundo> Acesso em: 20 maio 2021.

KANPOL, B. **Critical Pedagogy**: An Introduction. (Critical Studies in Education & Culture). Westport: Praeger Publishers, 1997.

VEIGA, E. Paulo Freire: como o legado do educador brasileiro é visto no exterior. **BBC News Brasil**. 12 jan.2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46830942>. Acesso em: 20 abr.2021.S

VIEIRA, Karina L. Bildung e pedagogia do oprimido: análise e reflexão dos elementos formativos da práxis para a liberdade. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 24, p. 1-23, e-16737.017, 2021. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor> Acesso em: 12 out.2021.



CAPÍTULO 2

RELEVÂNCIA DO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE PARA ENTENDER O BRASIL HOJE: ENTRE A CRÍTICA E A ESPERANÇA

Ana Cristina Suzina

1. EM DISPOSIÇÃO PARA A CURIOSIDADE

O presente artigo propõe uma reflexão sobre a relevância do pensamento de Paulo Freire a partir das perspectivas da crítica e da esperança, tomando-as como matrizes intelectuais e afetivas da obra e da prática do educador brasileiro. Essa reflexão vai se pautar por três perguntas, que são: 1) Paulo Freire é mesmo relevante?; 2) Por que Paulo Freire é relevante?; e 3) Que chaves de leitura Freire nos propõe para a atualidade?

O artigo parte de perguntas por seguir uma orientação de reflexividade autorreflexiva. A forma como Freire me inspira, pessoalmente, é justamente pelo desafio de ousar se perguntar. O pressuposto básico da inspiração de Freire, a meu ver, é que o conhecimento se constrói a partir de perguntas que nos fazemos sobre o mundo, sobre a história, sobre nós mesmos e sobre nossas relações entre nós, com o mundo e com a história. São desdobramentos do conceito de historicidade. E essa postura não significa um estado permanente de dúvida. Ao contrário, consiste em uma disposição permanente para a curiosidade, e uma abertura para outras perspectivas e para as mudanças que acontecem de forma permanente ao nosso redor.

A obra de Freire revela um homem de convicções muito claras. Mas eu adoro lembrar o que disse Mario Sérgio Cortella sobre sua experiência de trabalho com Freire, na secretaria municipal de educação de São Paulo¹. Cortella disse que, independente de quão ocupado estava Freire, quando alguém o abordava para contar alguma coisa, ele parava tudo o que estava fazendo, tocava o ombro ou o braço da pessoa com sua mão, e se punha a escutar, olhando detidamente para a pessoa que falava. Cortella destaca esse gestual, como se Freire colocasse todo o seu corpo a serviço da escuta, da atenção. Essa é a atitude de pergunta, de abertura, à qual me refiro e com a qual me debruço sobre a provocação de pensar sobre a relevância do pensamento de Freire na atualidade.

2. PAULO FREIRE É MESMO RELEVANTE?

Essa pode parecer uma pergunta relativamente óbvia. Neste instante, nós fazemos parte de um movimento, que pode ser classificado como mundial, de pessoas que estão celebrando os 100 anos do nascimento de Paulo Freire, que estão relendo suas obras, que estão recuperando suas reflexões e buscando esse diálogo com a atualidade.

Essa pergunta também é óbvia se olharmos para os números: as dezenas de idiomas para os quais sua obra já foi traduzida, sua presença entre o top 3 das obras mais citadas nas Ciências Sociais no mundo, as dezenas de títulos honorí-

¹ TV Cultura, em 21 de fevereiro de 2021. Acesso: https://www.youtube.com/watch?v=cKH8_4dXhUM

ficos incluindo *Doctor Honoris Causa* em universidades pelo mundo todo, muitos centros de pesquisa batizados com seu nome em diversos países, seu reconhecimento como patrono da educação no Brasil, entre outros registros².

Para responder a essa pergunta, porém, eu quero destacar um aspecto de relevância que eu descobri nos últimos anos, a partir de minha inserção em debates internacionais sobre a obra de Paulo Freire. Em 2019, eu coordenei com dois colegas, Thomas Tufte (Loughborough University London) e César Jiménez-Martínez (Cardiff University), um seminário sobre o legado de Freire no campo da comunicação participativa e do desenvolvimento da sociedade civil, organizado na Loughborough University London.

Entre os cerca de 30 participantes, de diferentes países, se buscava compreender o que havia tornado Freire um foco do ódio de movimentos conservadores no Brasil nos últimos anos. Desse seminário, nós editamos dois números especiais de revista³. Mas um aspecto muito interessante dos intercâmbios durante o seminário é que muitos dos participantes diziam que não eram “freireanos”, ou que suas pesquisas não partiram originalmente de um enquadramento baseado na obra de Freire, mas que, ainda assim, se sentiam alinhados, próximos ou provocados por seus pensamentos, seja porque suas pesquisas envolviam observação de lutas sociais, seja por desenvolvimentos teóricos posteriores. Algumas pessoas falavam do sentimento de uma certa onipresença de Freire.

Entre julho e agosto de 2021, a professora Raquel Paiva organizou uma série de palestras sobre a influência de Freire nos estudos de comunicação, em sua disciplina da pós-graduação em comunicação na UFRJ. Em sua palestra, o professor Muniz Sodré abordou essa questão, resumindo que “a influência do pensamento de Freire ultrapassa seu próprio nome e suas citações” porque, “mesmo não citado, Freire pode pertencer a uma determinada experiência educacional”. A partir dos diálogos estabelecidos com pesquisadores e pesquisadoras, e ativistas da mudança social em diferentes países do mundo, nestes últimos anos, eu posso dizer que Freire pertence também a uma determinada experiência de mobilização social, de apropriação da comunicação e mesmo da forma de fazer pesquisa.

Em sua palestra, Sodré recupera uma prédica de Freire, que muitas pessoas recordam. Freire dizia: “não copie meu método, refaça-o, transforme-o”. Sua provocação sempre foi para que as pessoas partissem da realidade onde estavam, de seu contexto, de suas necessidades, de seus saberes, para construir processos de educação e de transformação social. A partir disso, o método seria reinterpretado a partir da observação dessa realidade.

2 Para uma compilação atualizada, ver a palestra de Nita Freire em seminário organizado pelo Lecon/UERJ e pela Abracorp: <https://www.youtube.com/watch?v=YsAQu2A5lx4>

3 Ver: 1. Tufte, T., Jiménez-Martínez & Suzina, A.C. (guest editors) (2020). Special Issue: The legacy of Paulo Freire. Roles and challenges of Social Movements. Commons. Revista de Comunicación y Ciudadanía Digital, 9(2). Acesso: <https://revistas.uca.es/index.php/cayp>

2. Suzina, A.C., Tufte, T. & Jiménez-Martínez, C. (guest editors) (2020). Special Issue: Freire’s vision of development and social change – past experiences, present challenges and perspectives for the future. International Communication Gazette, 82: 5, August. Acesso: <https://journals.sagepub.com/toc/gazb/82/5>



Atualmente, eu estou coeditando um número especial da revista Matrizes, da USP, com os colegas Adilson Citelli (USP) e Thomas Tufte⁴. As contribuições vêm de muitos lugares do mundo, na forma de artigos e depoimentos. Elas revelam essa apropriação ampla, fluida, porosa em experiências tão diversas quanto movimentos de reconhecimento dos direitos de grupos marginalizados na Índia, de povos indígenas no México, de conformação de processos educativos nas Filipinas, além de variadas iniciativas no Brasil.

Tendo em conta todos esses elementos, posso dizer que a relevância de Freire se consolida, principalmente, nessa abertura que permite que sua obra se transforme no tempo e no espaço, sem perder a atualidade, porque ela parte de um princípio fundamental que é empapar-se da realidade para dialogar com ela e, eventualmente, transformá-la.

3. POR QUE PAULO FREIRE É RELEVANTE? POR QUE SUA OBRA CONTINUA RELEVANTE?

Dando continuidade ao anteriormente exposto, eu atribuo a relevância da obra de Paulo Freire a três aspectos principalmente, que são: primeiro, entender seu trabalho como uma pesquisa que viaja; segundo, observar a persistência das desigualdades; e terceiro, reconhecer sua obra como questionadora diante de um esforço persistente de colonialismo.

Primeiro, o trabalho de Freire é o que podemos chamar de uma obra aberta ou, no campo acadêmico, de uma pesquisa que viaja. Edward W. Said (1983) foi um intelectual que se interessou pela capacidade de circulação das teorias. Para ele, a teoria que viaja é aquela que consegue sobreviver em diferentes tempos históricos e em diferentes lugares do mundo, criando e preservando seu espaço no diálogo com diferentes culturas. Said enumera três fatores que influenciam essa capacidade: a fidelidade, que diz respeito à maneira como os usos da teoria preservam seus pressupostos originais; o sentido textual, que se refere à preservação dos sentidos intrínsecos dos textos, independente de interpretações externas a ele; e a possibilidade de tradução, associada à forma como versões em outros idiomas encontram terminologias equivalentes ao original.

O aspecto da obra de Freire, que contribui para sua permanente relevância, se associa exatamente com a mencionada prédica de Freire para que sua obra fosse reinterpretada livre e amplamente. O fato de tomar uma leitura do contexto como ponto fundamental em sua abordagem confere a elasticidade necessária para produzir o sentimento de onipresença de que falavam meus colegas, de diferentes origens geográficas e escolas de pensamento, no seminário sobre o legado da obra de Freire, em 2019. O caráter dialógico do pensamento de Freire lhe confere relevância e atualidade.

⁴ Ver <https://www.revistas.usp.br/matrizes>

O segundo aspecto de relevância de sua obra é, pode-se dizer, menos feliz. Em março passado, a Loughborough University London, em parceria com a ONG brasileira Ubiqua, organizou um ciclo de debates⁵ para celebrar o centenário do nascimento de Freire e, de certa forma, completar o ciclo de reflexões sobre seu trabalho, que começamos em 2019. Houve mais de 800 participantes de 48 países em sete conversas, que tinham sempre uma pessoa com experiência de pesquisa em comunicação e outra com experiência da prática da comunicação.

Quando foram abertas as inscrições para esse seminário, em menos de 24 horas, recebemos mais de 6.000 inscrições. Como são muitos os discursos de ódio dirigidos a Freire atualmente, a equipe de organização decidiu confirmar a veracidade dessas inscrições, solicitando o preenchimento de um questionário. Entre as questões propostas, estava o motivo da participação no evento. Muitas pessoas responderam, simplesmente, que “diante de tantos desafios hoje, nós precisamos de Freire”. Durante o seminário, vários participantes declararam que os debates nutriam um sentimento de esperança.

Nesse sentido, é possível afirmar que, infelizmente, a obra de Paulo Freire não perdeu sua relevância, porque situações de opressão ainda estão presentes, talvez até agravadas pela extensão de um capitalismo selvagem, que tornou direitos humanos e ambientais acessíveis apenas para quem podem pagar por eles. Freire continua necessário porque as desigualdades persistem, porque as democracias são frágeis, porque a educação popular precisa ser permanente.

Vinculado a essas necessidades, o terceiro aspecto da relevância da obra de Freire está relacionado com a maneira como ele associa racionalidade instrumental e verdades afetivas. Na palestra já mencionada de Muniz Sodré, ele faz uma caracterização interessante do trabalho de Freire. Sodré destaca a importância de que Freire tenha nascido, se criado e se educado no Nordeste, convivendo com uma realidade de desigualdades importantes, abandono político, e condições naturais e climáticas extremas. Sodré reforça que sua sensibilidade para essa situação “não foi um espontaneísmo afetivo; Freire veio dali”.

Para Sodré, as circunstâncias históricas e as leituras de Freire influenciaram decisivamente sua abordagem, caracterizando-a no que Sodré chama de “campo próprio do sensível”. Seu trabalho está embebido em uma epistemologia compreensiva, em que não existe dicotomia entre objetivo e subjetivo. A apreensão compreensiva do mundo implica, necessariamente, racionalidade e afeto.

Neste mesmo sentido, em um artigo que escrevi com Thomas Tufte⁶ (SUZINA & TUFTE, 2020), e como argumentário do seminário que organizamos em março, destacamos como princípios ontológicos da obra de Freire cinco elementos, que são o diálogo, o amor, a esperança, a humildade e a empatia. Produzir conheci-

⁵ As conferências estão disponíveis online, em inglês e português, no site do evento <https://www.paulofreirecentennial.org/videos/>

⁶ Este artigo estará disponível em português na edição especial da Revista Matrizes em comemoração ao centenário de Paulo Freire.



mento, comunicar-se, fomentar o desenvolvimento só faz sentido, segundo a obra de Freire, em sintonia com esses princípios.

Dessa maneira, a obra de Freire mantém sua relevância porque continua ousada. Sodré, em sua palestra, a classificou como “escandalosa” diante de uma educação brasileira, tradicionalmente reacionária. Ao desmistificar a dicotomia entre razão e afeto, Freire continua questionando o edifício epistemológico ocidental, que nega saberes que não podem ser medidos segundo as balizas do mundo moderno. Não é menor o fato de que Boaventura de Sousa Santos tenha reconhecido em seu livro “O fim do Império Cognitivo” (SOUSA SANTOS, 2019), que Paulo Freire e o colombiano Orlando Fals Borda sejam autores de referência para a construção de sua noção de Epistemologias do Sul.

Do mesmo modo que Freire continua necessário porque as desigualdades persistem ou mesmo se agravam no mundo contemporâneo, Freire continua relevante teoricamente porque o colonialismo intelectual continua forte em sua busca por aniquilar a diversidade de conhecimento. A obra de Freire é relevante porque valoriza essa diversidade e coloca os conhecimentos em pé de igualdade.

4. QUE CHAVES DE LEITURA FREIRE NOS PROPÕE PARA A ATUALIDADE?

Novamente, eu vou organizar minhas reflexões em três pontos principais, para abordar o princípio da coletividade no trabalho de Freire, a maneira como ele estabelece a comunicação como parte integrante do processo de transformação, e finalmente, a maneira como Freire define o princípio de liberação ou emancipação. Esses aspectos são, para mim, as pistas que Freire propõe para a construção de uma sociedade mais justa.

5. FREIRE E O PRINCÍPIO DA COLETIVIDADE

Ao retomar uma das mais célebres reflexões de Freire, “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam entre si, mediados pelo mundo” (FREIRE, 2005, p. 78), cunhadas na Pedagogia do Oprimido, entendemos que o conhecimento e a transformação resultante desse processo se constroem na relação com as outras pessoas e com o contexto em que elas se encontram. O princípio normativo da emancipação, na obra de Paulo Freire, é a coletividade.

A noção de coletividade é a origem, o método e o norte do trabalho de Freire⁷. Freire pode ser entendido como a expressão de uma visão coletiva da educação,

⁷ Eu discorro sobre essa ideia de coletividade na obra de Freire em uma conversa com o grupo de pesquisa LECC, da UFRJ, realizada em 11 de maio de 2021: <https://www.youtube.com/watch?v=4fwlMT0DVEQ&t=2398s>



em particular, e da sociedade como um todo, em geral. Em sua pesquisa de doutorado, Francisco das Chagas de Moraes (MORAIS, 2017), observou como a noção de educação popular no Brasil passou de uma perspectiva de massificação, em busca do aumento do número de alfabetizados, até a primeira metade do século 20, para um olhar crítico, a partir de finais dos anos 1950.

Nessa época, os modelos de desenvolvimento, baseados nas chamadas sociedades modernas e industrializadas do Norte, começaram a ser questionados por não reconhecer os saberes e experiências locais. A partir de inúmeras mobilizações no campo e nas cidades de todo o Brasil, e de forma mais ampla na América Latina, a educação popular passou a reivindicar esse reconhecimento, a denunciar as estruturas de exclusão e (re)produção de desigualdades e a desenvolver uma abordagem político-educacional. Nessa perspectiva, a alfabetização não deve servir para aprisionar as pessoas em modelos definidos fora de seu contexto; pelo contrário, deve conceder-lhes autonomia de pensamento e ação.

Esse é o berço do pensamento de Paulo Freire. Como resume Moraes, sua obra “é um catalisador deste momento de efervescência política e cultural, por uma sociedade democrática, aberta, capaz de ir além da sociedade fechada, herdada do processo de colonização do país” (texto não publicado). Os livros de Freire estão repletos de passagens nas quais ele atribui suas reflexões às experiências com os movimentos populares da América Latina. A ressonância de seu trabalho com os atores da mudança social se deve à voz coletiva presente em suas reflexões, o que comprova sua capacidade de sistematização e sua disponibilidade para uma escuta genuína.

Mais profundamente, além de catalisar essa voz coletiva, Freire define a liberação como um processo coletivo. O seu sistema pedagógico visa essencialmente desenvolver compromissos com e entre sujeitos em aprendizagem, com o objetivo de alcançar a emancipação. Ernani Maria Fiori descreve que, “ao objetificar seu mundo, o alfabetizando nele se encontra com os outros e nos outros ... Eles se encontram e todos se encontram no mesmo mundo comum” (FIORI, 2005, p. 10).

Essa ideia se associa a duas noções mobilizadas por Muniz Sodré, em sua palestra. Ele fala de “outramento”, fazendo apelo à poesia de Fernando Pessoa, e de “outridade”, referindo-se ao trabalho do poeta Octavio Paz. Outrar-se, segundo a leitura de Sodré, significa ir além de contemplar o outro intelectualmente para aceitar afetivamente a co-presença.

A visão utópica de um mundo comum, que se desprende da obra de Freire, em que os oprimidos se libertam a si e também aos opressores, projeta um princípio de coletividade, coexistência e corresponsabilidade, que define o sentido da emancipação. Não é apenas o oprimido que precisa ser salvo; é a sociedade que deve se libertar do ciclo de opressão. O empoderamento é um indicador do progresso da sociedade como um todo, demonstrando que, nela, ninguém é oprimido e, acima de tudo, que ninguém se sente confortável com a opressão alheia nem tira proveito



dela. A emancipação de cada indivíduo passa pela emancipação coletiva.

6. A COMUNICAÇÃO NO CENTRO DA TRANSFORMAÇÃO

Ao compreender o princípio normativo da obra de Paulo Freire como coletivo, sua ontologia também pode ser vista como comunicativa. Assim, a ordem social depende da comunicação entre diferentes indivíduos e grupos sociais. Em uma contribuição para a *Revue Démocratie*⁸, da Bélgica, falei sobre a noção freireana de palavra autêntica e como ela nos permite ver que a estratégia populista não pode ser chamada de comunicação.

Neste sentido, é preciso distinguir a natureza da ideia de comunicação que norteia a pedagogia libertadora de Freire. Essa pedagogia é crítica à “educação bancária”⁹. Portanto, crítica a qualquer relacionamento em que uma pessoa veja a outra como um vazio de conhecimento e, portanto, se posicione como capaz ou responsável por preencher esse vazio.

A teoria da comunicação que se desprende do pensamento de Freire prediz necessariamente a paridade de participação, tal como definida por Nancy Fraser (2010, p 12-29). Todos os participantes de um diálogo têm algo a oferecer, são capazes de contribuir e, o mais importante, estão dispostos a construir e reconstruir conhecimentos juntos, de forma permanente.

Em uma palestra no seminário comemorativo do centenário de Freire, organizado pelo LECON, da UERJ, e pela Abracorp¹⁰, o professor Venício de Lima, destacou o livro *Extensão ou Comunicação*, ensaio escrito por Freire durante seu exílio no Chile. Nesse texto, se faz uma distinção clara entre o polo da transmissão e o polo do compartilhamento. Para Freire, o conhecimento só se produz a partir do diálogo, quer dizer, do polo do compartilhamento, valorizando o protagonismo dos sujeitos. Qualquer coisa fora disso não pode ser chamada de comunicação.

A comunicação baseada na paridade de participação vai além do consenso, pois não busca uniformidade e universalização do pensamento. Pelo contrário, quer o respeito pela diversidade, privilegiando a dignidade de todas as formas de vida e de conhecimento. Desde a minha pesquisa de doutorado, eu venho trabalhando com o conceito de dissonância em relação à comunicação e à mudança social (SUZINA, 2020a; 2019; 2020b). Nessa elaboração, a categoria de dissonância solidária corresponde exatamente a uma forma de comunicação que, além de ampliar a expressão e a visibilidade das palavras comumente marginalizadas, favorece a

8 Disponível online: http://www.revue-democratie.be/index.php?option=com_content&view=article&id=1395:la-non-communication-populiste&catid=43&Itemid=127

9 Como Freire explica, “na visão ‘bancária’ da educação, o ‘conhecimento’ é uma doação daqueles que pensam que são sábios para aqueles que pensam que não sabem nada”, e que Freire define como “a absolutização da ignorância” P. Freire, op.cit.

10 Acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=YsAQu2A5lx4>

coexistência harmoniosa na diversidade de vozes.

Para citar um exemplo concreto, entre o fim dos anos 1990 e o início dos anos 2000, trabalhei como jornalista da Pastoral da Criança, uma organização de ação social da Igreja Católica no Brasil, com foco na melhoria da saúde de crianças menores de cinco anos e suas mães, residentes no comunidades mais pobres do país. Os princípios dessa comunicação libertadora estão implicitamente presentes na razão de ser da Pastoral da Criança, que é empoderar mães e famílias pobres para cuidar de sua saúde e melhorar suas condições de vida. Este trabalho se baseia no acesso à informação em saúde e na confiança na capacidade dessas pessoas de transformar a realidade ao seu redor por meio de trocas e da construção de laços de solidariedade dentro das comunidades.

Nas milhares de comunidades em que a Pastoral da Criança atua, o conhecimento científico e médico é apropriado e interage com o saber das mulheres pobres, transformando-se em saberes necessários e adequados para cada contexto. Esta comunicação, que é exemplar da comunicação popular que se desenvolve em toda a América Latina (SUZINA, 2021), fortemente inspirada no pensamento de Freire, é libertadora, porque permite e incentiva a expressão de todas as vozes, estabelecendo um equilíbrio de forças completamente diferente. Sua perspectiva utópica propõe rever o lugar do poder nas relações como estratégia de emancipação. O poder, portanto, não está a serviço da dominação; ao contrário, permite apreciar a sabedoria do outro.

No centenário de seu nascimento, Freire continua exigindo que entendamos que a opressão não é apenas um problema que abala a dignidade dos oprimidos, mas um sintoma de uma sociedade segregacionista. O objetivo é, portanto, buscar e corrigir – ou mesmo eliminar – o que permite a segregação. A sua pedagogia revolucionária continua a convocar um novo olhar, mais amoroso e acolhedor da diversidade, com o objetivo de criar espaços de convivência pacífica e justa.

7. O PRINCÍPIO DA LIBERAÇÃO

O terceiro aspecto é o eixo transversal de toda a obra de Paulo Freire, que define o sentido da liberação. O ponto chave da sua obra é que os oprimidos se liberam a si E AOS OPRESSORES. A obra de Freire nos faz valorizar o conhecimento e o papel dos oprimidos em seu processo de emancipação, mas tendemos a olhar para a necessidade de “salvar” os oprimidos – provavelmente por causa da persistência de desigualdades, como observado antes.

Porém, o sentido da emancipação, em Freire, muito explícito na Pedagogia do Oprimido, vai além de empoderar os oprimidos; seu projeto é de uma SOCIEDADE LIBERADA. A ideia de que os oprimidos liberam os opressores é que eles deixam de ser oprimidos, mas não trocam de lugar com os opressores; eles não passam a ser



os novos opressores. A sociedade emancipada continua tendo presença de poder, mas não tem mais processos de opressão, de submissão.

Isso é muito importante para olhar o Brasil hoje, para olhar o mundo hoje, diante da emergência de forças conservadoras e fascistas em tantos lugares. Os projetos populistas conservadores evocam a desigualdade, a assimetria de poder. Em uma pesquisa sobre a emergência de movimentos de direita no Brasil, Fanny Vrydagh (2020; VRYDAGH & JIMÉNEZ-MARTÍNEZ, 2020) demonstra como eles falam de um sentimento de opressão face a conquistas na área dos direitos humanos e ambientais das últimas décadas. Essa reivindicação é muito importante, do ponto de vista analítico. O que eles reconhecem como opressão constitui, na verdade, o desejo de manter silenciada toda a pauta progressista ao redor da justiça social, ambiental e democrática.

Na evolução de meus trabalhos sobre o conceito de dissonância, eu incluí, mais recentemente, uma categoria específica para tratar disso, que é a dissonância restritiva (SUZINA, 2020b). Essa categoria procura problematizar a cooptação da comunicação nos projetos populistas conservadores, que querem anular as conquistas de direitos eliminando os adversários. Essas estratégias não buscam inclusão no debate, mas submeter os adversários, ou seja, oprimi-los. Neste sentido, é importante observar como a perspectiva de Freire nos ajuda a fazer uma distinção entre opressão e poder. Em sua palestra já mencionada, Venício de Lima recupera a ideia de "mutismo social", que aparece na obra de Freire como a exclusão pelo silenciamento, e que se manifesta historicamente por meio de diversas políticas que impedem a paridade de participação.

Como também já mencionado, Freire reconhece a sociedade como uma constante relação de poder; e esse poder não se elimina pela coexistência. O problema histórico e agravado atualmente é que essa relação é assimétrica, porque os oprimidos não podem participar do debate, ou o fazem em condições de profunda desigualdade estrutural e moral, que estão na origem da opressão. Mais uma vez, a liberação não é uma reversão de posições, mas a inclusão de mais participantes em condições de paridade.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse contexto, a obra de Freire é odiada - como acontece hoje no Brasil - por oferecer um modelo de sociedade com profundos valores democráticos, que governos e grupos autoritários e conservadores não tem a intenção de colocar em prática ou evidência.

Mas, ao mesmo tempo, as reflexões de Freire ganham em apropriação e nova vitalidade, porque denunciam essas situações de violência contra a dignidade humana, ao mesmo tempo que fomentam a esperança e a confiança ativa na trans-



formação.

A obra de Freire continua hoje relevante, porque as democracias são frágeis e precisam de uma pedagogia libertadora permanente, para imunizar os povos contra os excessos autoritários e alimentar a cultura do coletivo, do diverso, da paridade.

Referências

FIORI, E. M.. Aprender a dizer a sua palavra. In: FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRASER, N.. Reframing justice in a globalizing world. In: FRASER, N. *Scales of justice. Reimagining political space in a globalizing world*. New York: Columbia University Press, 2010, P.12-29.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MORAIS, F. d. O Interdiscurso na Educacao Popular: Um Estudo Comparativo entre o MEB (Brasil) e a APCO (Colombia). *Tese*. Natal, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017.

SAID, E. Traveling Theory. In *The world, the text, and the critic*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1983, P.226-247.

SOUSA SANTOS, B. d. *O fim do império cognitivo: a afirmacao das epistemologias do Sul* (1st ed.). Belo Horizonte: Autentica Editora, 2019.

SUZINA, A. C. Dissonancia crítica e solidária: a contribuicao das mídias populares ao processo de mudanca social. *Chasquí. Revista Latinoamericana de Comunicación, Sección Monográfico* (140), 2019, p.147-162.

SUZINA, A. C. Dissonance. In: TACCHI, J. & TUFTE, T. *Communicating for Change: Concepts to Think With*. Cham: Palgrave Macmillan, 2020, P.145-154.

SUZINA, A. C. Discursos Dissonantes: problematizando um modelo de comunicacao libertadora através dos conceitos de coexistencia e justica cognitiva. In: PRATA, N. & PESSOA, S. C. *Fluxos comunicacionais e crise da democracia*. Sao Paulo: Intercom, 2020, p.88-101.

SUZINA, A. C. *The Evolution of Popular Communication in Latin America*. Palgrave Macmillan, 2021.

SUZINA, A. C. & TUFTE, T. Freire's vision of development and social change - past experiences, present challenges and perspectives for the future. *the International Communication Gazette*, 82(5), 2020.

VRYDAGH, F. Gagner les Corps, les Coeurs et les Esprits. Comprendre l'Engagement dans les Mouvement Brésilien Pro-Destitution (2014-2016). *These*, 390. Bruxelles, Belgique: Université Libre de Bruxelles, 2020.

VRYDAGH, F. & JIMÉNEZ-MARTÍNEZ, C. Talking to the Right-Wing: Pernicious Polarization in Brazil and the Philosophy of Paulo Freire. *the International Communication Gazette*, 82(5), 2020, p.456-473





CAPÍTULO 3

TECNOLOGIAS DIGITAIS E MÚLTIPLAS METODOLOGIAS ATIVAS A SEREM UTILIZADAS EM CONTEXTOS DA (E PÓS) PANDEMIA

João Batista Bottentuit Junior

1. INTRODUÇÃO

Em novembro de 2019 os jornais e programas de notícias anunciavam o aparecimento de um vírus mortal (SARS-CoV-2). A princípio parecia que era tudo algo específico da China, porém em um rápido espaço de tempo ganhou dimensões geográficas, passando de uma endemia para uma pandemia, foi quando começamos a observar casos em todos os continentes. Com a circulação diária de pessoas e mercadorias, não era de se espantar, que em pouco tempo, os primeiros casos também comesçassem a despontar no Brasil.

Com isso a vida habitual praticamente parou em março de 2020 e todos tivemos que realinhar nossa forma de viver, replanejando nossas ações e agendas, utilizando máscaras e álcool gel, bem como, vendo a cada dia as cidades entrarem em *lockdown* (palavras essa até então desconhecida de uma grande parcela da população).

Com a baixa circulação de pessoas, as lojas fechadas, o distanciamento social, a economia entrou em colapso, e só nos restou encontrar outras formas para atravessar a pandemia que parecia (a princípio) ser algo temporário, porém ela se arrastou por muitos meses e ainda hoje (outubro de 2021, quase dois anos depois do surgimento do primeiro caso) ainda temos um número significativo de pessoas acometidas com o Covid 19 e algumas delas ainda hospitalizadas em decorrência dos estragos causados pelo vírus. Com o surgimento das vacinas e o alto número de doses aplicadas a vida parece entrar em outro estágio, porém ainda com cuidados necessários e com algumas restrições de circulação entre países e regras para funcionamento de lojas e demais instituições. Não podemos esquecer dos mais de 600 (seiscentos) mil mortos somente no Brasil, e que graças as vacinas conseguimos a cada dia diminuir o número de óbitos e de casos ativos da covid 19.

Neste cenário todo que atravessamos um fator foi bastante decisivo para nossas vidas, ou seja, as tecnologias digitais, elas ajudaram a diminuir as barreiras e facilitaram um pouco a vida em tempos de distanciamento social, pois por meio delas realizamos: vídeo chamadas para matar as saudades dos amigos e familiares, compras online, assistimos a todo tipo de transmissão (programas de rádio, tv, séries, etc.), nos acostumamos a uma nova forma de divulgar vídeos, por meio de *lives*, *youtube*, e entretenimento em casa por meio de *shows* ao vivo, aniversários por meio de plataformas de comunicação (*zoom*, *google Meet*, etc.). Com certeza, todos esses recursos não teriam invadido a vida de tantas pessoas, com tanta rapidez, se não fosse em função da pandemia.

Alguns logo se adaptaram à nova realidade, pois já dispunham dos recursos (aparelhos) e de acesso à Internet. Por outro lado, uma grande massa da população no Brasil e no mundo, ficou ainda mais excluída, por falta de equipamentos, de Internet, que ainda hoje não se faz presente em todos os lares brasileiros, outro



fator agravante foi o desconhecimento no manuseio de todos estes recursos.

2. PANDEMIA E EDUCAÇÃO

No tocante à educação as transformações também foram radicais, com escolas fechadas fisicamente o digital tornou-se a única forma de contato entre professores e alunos.

A pandemia da Covid-19 trouxe inúmeras modificações em nosso cotidiano, por conta das medidas sanitárias e de distanciamento social. Um dos setores mais afetados foi o educacional, de modo que as atividades pedagógicas presenciais foram suspensas e os órgãos reguladores nacionais indicaram a continuidade do semestre letivo, por meio de atividades remotas (RONDINI; PEDRO; DUARTE, 2020, p,43)

Todos tiveram que replanejar a forma como suas aulas e atividades docente aconteciam, pois o formato de comunicação digital exige do professor outra dinâmica, outra metodologia e outros aplicativos de interação. Com esse novo contexto, revelou-se um cenário que para quem estuda e investiga a área das tecnologias na educação, já era bastante conhecido, porém para a grande maioria dos educadores, ainda não era percebido, o distanciamento entre o conhecimento e formação necessária para a prática diária. Em outras palavras, a formação inicial recebida nos cursos de licenciatura ainda está muito aquém do que se precisa na prática. Hoje em dia o professor necessita de conhecimentos em tecnologias e metodologias adequadas para integrar esses recursos na sala de aula.

No período da pandemia foi publicado o Parecer CNE/CP nº 5/2020, que permitiu com que as escolas pudessem ofertar o Ensino Remoto Emergencial, desta forma, as escolas particulares logo realinham seu planejamento e começaram a ministrar aulas no formato remoto. No início o caos se instaurou, uma vez que, os professores se viram completamente despreparados para esta nova realidade, bem como, os alunos tão pouco se adaptaram a ver os colegas e professores pela tela. Era de fato necessária uma rápida formação em múltiplos domínios para que as aulas transcorressem da melhor forma possível. Logo os professores viram que montar aulas e elaborar estratégias para o ensino remoto dá muito mais trabalho que a preparação das aulas de maneira tradicional, bem como, exige um esforço extra para manter os alunos concentrados e motivados para esta nova realidade, tendo em vista que em casa eles tem muitas distrações, até o simples fato de poderem abrir múltiplas janelas, para além da aula, em seu navegador e desta forma se perderem no mar de informações e imagens disponíveis na rede.

Por outro lado, nas escolas públicas a realidade foi bem diferente, pois se os professores das instituições particulares se sentiram desafiados a inovar na sala de aula, os da escola pública, além da resistência ao novo modelo, se viram em outra desvantagem, pois não possuíam muitos dos conhecimentos e equipamentos



necessários para essa nova sala de aula (digital), bem como as políticas públicas andaram a passos muito lentos na reordenação de como tudo seria na escola em tempos de pandemia.

Os docentes da rede pública não estão realizando suas atividades de ensino por meio da Educação Remota por conta da ausência de infraestrutura técnica e de espaços adequados em casa para participar de tais práticas, seja por parte dos seus alunos, seja por parte dos próprios professores, que por questões socioeconômicas e culturais são excluídos do mundo digital (ALMEIDA; ALVES 2020, p.152).

Desta forma, muitas escolas ficaram praticamente o ano inteiro paradas (2020) à espera de treinamento, equipamentos (celulares, tablets e chips de acesso a internet) para alunos e professores. Como certeza, os prejuízos de aprendizagem serão sentidos a longo prazo quando estes alunos realizarem testes de aptidão (Prova Brasil, Enem, Concursos, etc.). A pandemia acirrou ainda mais às desigualdades entre os alunos das escolas públicas e privadas, pois enquanto uns continuaram seu percurso escolar com aulas mediadas pela internet no computador ou celular, os da escola pública ficaram em desvantagem à espera da iniciativa pública.

3. MÚLTIPLAS METODOLOGIAS ATIVAS E TECNOLOGIAS DIGITAIS EM CONTEXTOS DA PANDEMIA

Em contexto pandêmico os professores viram que a interação com as tecnologias em sala de aula é fundamental, e que os modelos que os professores ficam horas e horas falando e os alunos passivos ouvindo toda a informação, já está ultrapassado, manter a concentração de tantos indivíduos é de fato um desafio e tanto para a educação presencial, quanto para o modelo de ensino remoto. Fato este, que fez com que muitos professores investigassem formas de estabelecer um maior contato com seus alunos ao longo das aulas. Este contato necessita incluir não apenas transmissão de áudio e vídeo, mas também a possibilidade de troca de informações com os participantes de uma aula, primando sempre pelo protagonismo dos indivíduos, o trabalho colaborativo e crítico, além da reflexão sobre as suas práticas. As metodologias ativas foram sem dúvidas grandes aliadas nestes tempos e fizeram como que o ensino se tornasse mais balanceado entre teoria e prática.

A adoção de modelos mais ativos na sala de aula torna-se uma preocupação no cenário educacional, pois diversas características corroboram para este caminho, entre eles: o perfil diferenciado dos alunos, às demandas do mercado e o desenvolvimento de competências necessárias aos indivíduos no século XXI (BOTTENTUIT JUNIOR, 2019, p.11).

A este nível o professor tem uma série de opções de metodologias ativas para adotar na sala de aula, a escolha deve ser realizada em função do público, do nível tecnológico, entre elas temos:



Sala de aula invertida – trata-se de um modelo metodológico híbrido em que o professor realiza o planejamento das atividades de modo com que os alunos realizam a formação em conteúdos teóricos em casa, por meio de vídeo aulas, textos, podcasts, vídeos didáticos e demais materiais didáticos. Em sala de aula, o professor utiliza o tempo de aula para atividades mais práticas como: debates, resolução de problemas, projetos, jogos interativos, resolução de exercícios e fichas dirigidas. No momento pós aula o professor envia atividades e trabalhos de média complexidade para verificar se os conhecimentos de fato se efetivaram.

Quando docentes e discentes se encontram na sala de aula, o conteúdo básico já foi apresentado, e o tempo da aula, que passa a ter um novo propósito, é usado para envolver alunos em processos cognitivos mais complexos. Os alunos fazem o trabalho leve antes da aula e o trabalho mais difícil em aula, onde o professor está lá para ajudá-los (BERGMAN, 2018, p.11).

Aprendizagem baseada em projetos (ABP)– trata-se de uma metodologia ativa em que os alunos são desafiados em grupos colaborativos de trabalho a resolverem uma tarefa em fases de modo com que desenvolvam competências necessárias ao longo da resolução desta missão. É um dos modelos mais utilizados e conhecidos pelos professores e os resultados demonstram integração dos alunos na construção dos seus saberes.

A ABP pode ser definida pela utilização de projetos autênticos e realistas, baseados em uma questão, tarefa ou problema altamente motivador e envolvente, para ensinar conteúdos acadêmicos aos alunos no contexto do trabalho aos alunos no contexto do trabalho colaborativo (BENDER, 2014, p.15).

Gamificação – trata-se de uma metodologia ativa que utiliza as mecânicas dos jogos em situação de não jogo, prima pelo desenvolvimento de tarefas de maneira coletiva e com grande capacidade de engajamento e motivação dos participantes. Pode ser utilizado em diferentes contextos, tais como: ambiente empresarial, industrial, sala de aula entre outros. Segundo Luz (2018, p.44) “a gamificação seria a aplicação de elementos dos jogos em atividades do dia a dia para gerar motivação e interesse dos alunos”.

Os modelos ativos apresentados são apenas alguns exemplos de metodologias ativas que podem ser empregadas em sala de aula, devendo o professor analisar por meio de uma avaliação diagnóstica as características físicas e tecnológicas da sua sala de aula, e as motivações e inclinações de seus alunos para adoção do melhor modelo. Entre outras possibilidades podemos citar ainda: a aprendizagem baseada em problemas, *Peer instruction*, Rotação por Estação, Metodologia *Web-Quest*, etc.

Além das metodologias é interessante integrar as tecnologias digitais ao processo, ou seja, explorar os recursos de maneira criativa, colaborativa e inteligente, sempre com o intuito de desenvolver altos níveis do domínio cognitivo (síntese, avaliação e criação). Utilizar as tecnologias sem objetivos bem definidos é de

fato uma perda de tempo, uma vez que, os alunos não se desenvolvem como o esperado. Com a tecnologia, o professor poderá planejar atividades de pesquisa da informação, interação direta (troca de informações em tempo real), atividades avaliativas (tanto na perspectiva quantitativa como na qualitativa), construção de portfólios digitais, jogos digitais, automatização de processos, visitas virtuais, simulação, realidade virtual, planejamento, programação, organização, desenho, est. São infinitas às potencialidades e de uma riqueza incrível para o desenvolvimento dos alunos, desta forma, vamos aqui destacar alguns recursos digitais que podem ajudar o professor a aliar as metodologias ativas às tecnologias educacionais de acordo com seus objetivos (ver tabela 1).

Objetivos	Recursos Digitais
Avaliar a aprendizagem por meio de quiz	Kahoot, Quizizz, Socrative, etc.
Criação de portfólios e possibilitar a escrita colaborativa	Padlet, Blogger, Google Docs, etc.
Interação entre os participantes	Nearpod, Wooclap, Mentimeter, etc.
Desenvolvimento da competência oral – Criação de Podcasts	Vocaroo, Anchor, etc.
Desenvolvimento de mapas conceituais	Cmaptool, Tex2MindMap, Bubbl.us, etc.

Tabela 1: Objetivos e recursos digitais a serem empregados em conjunto com as metodologias ativas

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia trouxe a todos nós um misto de muitos sentimentos alguns tristes e outros desafiadores, e ainda, muitas descobertas, na medida que os professores e os alunos aprenderam em tempo muito curto um conjunto muito alargado de metodologias e tecnologias digitais. Graças à internet e aos muitos recursos que temos a nossa disposição foi possível continuar as nossas atividades didáticas por meio do ensino remoto. Muitos ficaram aflitos e desesperados, pois não tinham conhecimentos suficientes para essa nova realidade, outros se adaptaram tão bem que já cogitam continuar a utilizar destes recursos no pós-pandemia.

A adoção de qualquer que seja a metodologia ativa no contexto presencial ou em aulas remotas deve ser sempre alvo de planejamento e uso consciente, pois podemos transformar facilmente um modelo bem-sucedido numa verdadeira tragédia, caso o mesmo não seja adotado da forma correta. A escolha do recurso digital e do modelo deverá sempre primar pelo desenvolvimento das habilidades necessárias para os estudantes da atual sociedade.

O futuro é incerto, porém ele aponta para alguns caminhos, e neste sentido, é que precisamos investir em formação continuada, pois somente desta forma daremos conta de superar os desafios e problemas que o mundo ainda há de nos apresentar.



Referências

ALMEIDA, BEATRIZ OLIVEIRA DE; ALVES, LYNN ROSALINA GAMA. LIVES, EDUCAÇÃO E COVID-19: ESTRATÉGIAS DE INTERAÇÃO NA PANDEMIA. **Interfaces Científicas**, Aracajú, v. 10, n. 1, p. 149–163, 2020. DOI: 10.17564/2316-3828.2020v10n1p149-163. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/8926>. Acesso em: 12 out. 2021.

BENDER, WILLIAM N. **Aprendizagem Baseada em Projetos**: educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre: Penso, 2014.

BERGMANN, JONATHAN. **Aprendizagem Invertida para Resolver o Problema do Dever de Casa**. Porto Alegre: Penso. 2018.

BOTTENTUIT JUNIOR, JOÃO BATISTA. Sala de Aula Invertida: Recomendações e Tecnologias Digitais para sua Implementação na Educação. RENOUE. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, v. 17, p. 11-21, 2019.

LUZ, ALAN RICHARD DA. Gamificação, motivação e a essência do jogo. In: SANTAELLA, Lucia; NESTERIUK, Sérgio; FAVA, Fabricio (org.). Gamificação em Debate. São Paulo: Blucher, 2018. p. 39-50.

RONDINI, C. A.; PEDRO, K. M.; DUARTE, C. dos S. Pandemia do Covid-19 e o Ensino Remoto Emergencial: Mudanças na Práxis Docente. **Interfaces Científicas**, Aracajú, v. 10, n. 1, p. 41–57, 2020. DOI: 10.17564/2316-3828.2020v10n1p41-57. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9085>. Acesso em: 12 out. 2021.



CAPÍTULO 4

EDUCACIÓN Y TIC PARA EL SIGLO XXI, UNA MIRADA EDUCOMUNICACIONAL

Jaime Carril Rojas

1. VIVIR BAJO LA TENSIÓN ENTRE LA GLOBALIZACIÓN Y LA MUNDIALIZACIÓN, UNA MIRADA DEL CONTEXTO DE NUEVAS TECNOLOGÍAS, PARA PENSAR LA EDUCACIÓN DEL SIGLO XXI

Latinoamérica vive en este nuevo siglo como un proceso de tensión entre la mundialización¹ y globalización² donde, por un lado, la mayoría de los gobiernos promueven un modelo sociopolítico y económico de desarrollo basado en un modelo productivo extractivo y centrado en el desarrollo del mercado en una doctrina neoliberal que pone al consumo como motor del desarrollo, y que en lo industrial genera una dependencia tecnológica. Todo esto se promueve como modalidad única y/o “estándar” de lo que es progreso y desarrollo. Los gobiernos que se oponen a esta fuerza sufren de la exclusión económica y política, que lleva a sus ciudadanos a vivir restricciones económicas, con un creciente marginalidad de los mercados.

Pero la globalización ha generado desequilibrios y tensiones sociales, un creciente deterioro del ecosistema, agudizando las desigualdades, la exclusión y la discriminación, lo que a su vez generado racismo, xenofobia y violencia social; lo que ha causado en la gran mayoría de la población desencanto y frustración.

En este contexto, se puede constatar que aunque se ha consolidación de la democracia como forma de gobierno en los últimos 30 años, este proceso comienza a mostrar un desgaste, debido a promesas incumplidas, corrupción, nepotismo y abusos, así como a un creciente distanciamiento entre las elites y la ciudadana, lo cual tiene como resultado una pérdida de la representatividad y un descrédito de los grupos de poder que ha desencadenado una creciente crisis de gobernabilidad con un efecto de inestabilidad social.

Los datos de 2019 de la Unión Internacional de Telecomunicaciones (UIT) señalan que el 53,6 % que equivale a 4.154 millones están conectados a internet³ De acuerdo con la Comisión Económica para la América Latina y el Caribe (Cepal), en 2019, el 66,7% de los habitantes de la región tiene conexión a Internet. El tercio restante tiene un acceso limitado o no tiene acceso a las tecnologías digitales debido a su condición económica y social, en particular su edad y localización.

El informe Business Insider 2019⁴, sostiene que hubo alrededor de 9 mil millones de dispositivos IoT conectados en 2017 y se proyecta que habrá más de 64 mil millones de dispositivos IoT conectados para el año 2025, a nivel mundial. En un informe de 2017, la firma IDC estimó que en ese momento había aproximadamen-

1 Wolton (2007) mundialización Gedisa España, entendida como un fenómeno de incorporación desde lo local en el mundo, que surge de la resistencia, creatividad, significación cultural.

2 Bauman, Z. (2015). La globalización, consecuencias humanas. Ciudad de México: FCE. Este fenómeno se da a la inversa, ya se plantea como un proceso que viene desde fuera que condiciona en accionar local.

3 Ford y Weck (2020) internet y la pandemia” Ed. K. Adenauer, C de Panamá.

4 Pérez, Navaja, Terry (2019) IOT EN ALC 2019: Tomando el pulso al Internet de las Cosas en América Latina y el Caribe. Ed. Banco interamericano de desarrollo. BID LAB

te 400 millones de dispositivos IoT conectados en toda Latinoamérica y el Caribe, y proyectó que esa cifra alcanzaría los 1.000 millones de dispositivos para 2023⁵.

Esto plantea un proceso sistemático de introducción de las tecnologías de la comunicación, que nos ha llevado a la digitalización de la vida cotidiana, el cual nos lleva a según Pérez Tornero (2020)⁶ a “la enorme intromisión tecnológica en la comunicación humana que, en forma de tsunami digital, ha transformado nuestra sociedad”. El cual se vive como “el proceso de expropiación de nuestras vidas, que nos aleja de lo real y puede anular nuestra autonomía personal” ... “Esta gran mediatización ha provocado un confinamiento digital que tiende a disolver la solidaridad humana y a implantar la sociedad de la distancia; que amenaza con degenerar nuestra democracia y someternos a los dictados del monopolio de las grandes compañías de internet”. Este es el contexto que desafía la educación del siglo XXI en Latinoamérica.

2. UNA MIRADA CRÍTICA AL TSUNAMI DIGITAL, DESDE LA EDUCOMUNICACIÓN

La educomunicación, como definición plantea como “el conjunto de las acciones inherentes a la planificación, implementación y evaluación de procesos, programas y productos destinados a crear y fortalecer ecosistemas comunicativos en espacios educativos presenciales o virtuales, tales como escuelas, centros culturales, emisoras de TELES y radios educativos”, y otros espacios formales o informales de enseñanza y aprendizaje” (Oliveira 2012)⁷ viene del enfoque de la pedagogía de la autonomía de Paulo Freire y que la UNESCO lo aceptó como concepto en el 1979, cuyo principal objetivo es el de desarrollar en los educando y la ciudadanía un pensamiento crítico y proactivo ante la situación del mundo, antes los medios y mensajes, como de los modelos comunicativos que subyacen en la educación y la cultura.

3. ENFRENTAR LAS DIFERENCIAS Y LAS DISTANCIAS EN TODOS LOS NIVELES

Se puede constatar la tremenda separación, brecha y distancia cultural, técnica, social y económica que existe entre diversas comunidades en el planeta en todos los niveles. La UIT estima que el 46,4% de los habitantes del planeta, 3600 millones de personas⁸ no acceden a las redes de interne. Esto se refleja en gran medida en Latinoamérica, ya que en un mismo país las brechas son enormes,

5 Ídem, ver link en <https://store.businessinsider.com/products/the-internet-of-things-report>

6 Pérez T. JM (2020) La Gran Mediatización I. El tsunami que expropia nuestras vidas” UOC

7 Oliveira I. (2012) «MAS, AFINAL, O QUE É EDUCOMUNICAÇÃO?». Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo. Consultado el 11 de octubre de 2021 .

8 Ford y Weck (2020) ya citado.



mientras algunas pocas personas viven insertos y cualificados para interactuar digitalmente ya sea para estar o resistir la globalización, otros viven desde la periferia y/o marginados sin capacidad técnicas, de acceso, para decidir, ni para sostenerse críticamente sobre su existencia en ese proceso. De acuerdo con la Cepal, en 2019, el 66,7% de los habitantes de la región tenía conexión a Internet. El tercio restante, no tiene un acceso o solo tiene un acceso limitado a las redes digitales debido a su condición económica y social, en particular su edad y localización⁹.

Hacer accesible la tecnología de internet es una necesidad y derecho humano en este nuevo escenario, pero desde una perspectiva de apropiación, es decir como “un proceso de negociación sobre poder y control sobre la configuración de la tecnología, sus usos, y la distribución”¹⁰ (Carril 2012) que busca la transformación y conciencia sobre el poder que subyace en las herramientas y aplicaciones, salir de la enseñanza de usos, que termina por someter a las mayorías a una actividad de usuarios consumidores, para pasar a una enseñanza de generadores de desarrollos de soluciones digitales, a través de programas y aplicaciones que propongan nuevas soluciones para problemas cotidianos y locales, sus contextos concretos.

Pero este tsunami digital que lo inundó todo, es un universo complejo en lo técnico y en un lenguaje especializado, que hace que oportunidades sean inequitativas; existe un grupos de privilegiados, ya que la base de datos con la información, preferencias, gustos de las personas, son de las instituciones y/o las empresas tecnológicas; la nube (el otro universo donde se habita) lo constituimos pero no lo poseemos; además estas redes va poco a poco sosteniendo el vivir, con el internet de la cosas es la vida diaria conectada e interactuando con máquinas, lo que irán ordenando nuestra cotidianidad; esta es la comunicación que se mimetiza con la vida en forma instantánea y permanente, donde se constata la desigualdad, los algoritmos reproducen y aprenden automáticamente ampliando las diferencias, marginalidades y exclusiones. En el libro Armas de destrucción matemática, cómo el big data aumenta la desigualdad y amenaza la democracia (O’Neil 2016) señala que;

“los algoritmos, incontestables, secretos y discriminatorios, dan forma a nuestro futuro como individuos y como sociedad. Sirven para calificar a profesores y estudiantes, conceder (o negar) préstamos, ordenar currículos, evaluar a los trabajadores, dirigir a los votantes, determinar horarios comerciales e incluso fijar condenas judiciales”¹¹.

En los últimos años, son varios los texto y artículos que examinan este aspecto, de la discriminación digital, como por ejemplo; “5 algoritmos que ya están tomando decisiones sobre tu vida y que quizás tú no sabías” BBC del (03/02/2018) “Algoritmos con sesgos de género y raza: la nueva expresión de las desigualdades”

⁹ Ford y Weck (2020) Ídem

¹⁰ Carril J. (2012) “Estudio comparado de las Agendas digitales de los países del cono sur: Chile, Argentina y Uruguay” un modelo de análisis de la política digital desde el concepto apropiación” Tesis doctoral UAB.

¹¹ La Vanguardia (2018) “Los algoritmos aumentan las desigualdades sociales” artículo que presenta el texto de la matemática Cathy O’Neil. (doctora en Matemáticas por la Universidad de Harvard y postdoctorado en el departamento de Matemáticas del MIT); en el cual da la voz de alarma sobre cómo los algoritmos pueden empeorar la vida de las personas. 04/11/2018

en el mostrador (8/10(2019), documental Coded Bias (Prejuicio Cifrado) en NEX-FLI, entre otros, que ha impactado en la audiencias.

Este tema de los “algoritmo que discriminan y que reproducen prejuicios” será cada día más importante para educación de las nuevas generaciones, para crear conciencia de que el soporte automático de las redes y sus servicios son “inequitativos” y que se requiere una legislación que proteja a los ciudadanos. Como dice un artículo de CIPER – Chile “Académicos viendo Netflix: Sesgos Codificados” (08.05.2021)

...Dichos sistemas (de Inteligencia Artificial) son dirigidos casi exclusivamente a grupos marginados y vulnerables. No existen sistemas predictivos de fraudes a nivel de élite empresarial o sistemas predictivos de violencia, delitos o abuso en poblaciones de estratos sociales altos.

Por lo tanto, es necesario promover una masa crítica en la sociedad sobre la necesidad fomentar y aprender a supervisar los actos, actividades, productos y servicios digitales; para interpelar en esta nuevas fronteras del poder, a la empresas tecnológicas y a los Estados – Gobiernos¹², con el propósito de disminuir las diferencias y las asimetrías en todos los niveles, desde la lucha por el acceso a las tecnologías de la comunicación hasta monitoreo sociocultural y político de los algoritmo que subyacen en los sistemas digitales.

4. PROFUNDIZAR LA DEMOCRACIA Y PROMOVER LOS DDHH EN CONTEXTO DE INTERCULTURALIDAD

La sociedad latinoamericana vive una situación de crisis de la democracia, que se presenta como un fenómeno en dos líneas aparentemente contradictorias, como es la baja en la participación electoral, dado que, las personas perciben, en general, que votar y participar en las elecciones no genera cambios en su condición de vida. Pero, a su vez, brota una incipiente participación ciudadana de movimientos sociales desde 2011, que algunos lo han denominado procesos de democracia radical, como es el caso de Chile, Colombia, México, Perú, Bolivia, entre otros, que han logrado levantar temas con eslogan “alcanzar una sociedad justa”, “hasta que la vida valga la pena”. Entre estos están los movimientos sociales por la “inclusión”, equidad de género, “respeto a la diversidad”, “educación de calidad”, “derechos humanos”, “medio ambiente”, “buen vivir”, “movimientos contra la corrupción, la violencia y abuso de poder”, los que han incidido, en muchos casos, en un cambio en las agendas gubernamentales y un re-enfoque en la forma de abordar los temas por parte de los grupos de poder político, como de las corporaciones y las empresas.

Todos estos procesos sociales, vienen acompañados de procesos de “apro-

¹² Zuboff S (2020) “La era del capitalismo de la vigilancia, la lucha por un futuro humano frente a las nuevas fronteras del poder” Editorial Planeta, S. A., España.



piación” sociotécnicos, que han demostrado que los dispositivos digitales, pueden jugar un papel importante en esta nuevas etapa de las democracias.

Estas nuevas tecnologías han permitido el desarrollo de incipientes y nuevas formas de participación social y acción política, cabe destacar el denominado ciberactivismo, a través de la cual las personas y grupos hacen uso de la tecnología y la Internet para “organizar actividades, discutir, compartir información, participar y expresar su descontento sobre temas con los que se identifican”. También surgen acciones a las que se las denomina “democracia monitorizada” en referencia a cómo personas y grupos a través de estos medios desarrollan una “monitorización... desde la periferia hacia los centros de poder, la fuerza de la ciudadanía y de la sociedad civil.

Pero a la vez, también en estos últimos años, también han surgidos en reacción un nuevo tipo de “intervención” por quienes ostenta el poder, dado por el uso de algoritmos ya se para excluir a grupos o infectar e inocular con verdades a medias, sembrando especulaciones, que vuelven opaco la realidad, como fue el caso de la intervención en la elección de EEUU, en Inglaterra y otros países. Esto supone un nuevo desafíos educativo - ético trascendental.

Un enfoque crítico de educomunicación en este contexto, plantea un desafío en todos los ámbitos de aprender y enseñar la participación en este nuevo contexto, a través de redes digitales, para estar atentos ante lo que les rodea y dar la voz de alarma cuando consideran que alguna pieza del sistema democrático no funciona. Estas plantean educar para que las comunidades puedan aprender a actuar como ciudadanía activa y participativa frente a situaciones-problema, a través redes digitales por ejemplo para la visibilización y presencia de grupos y colectivos sociales que han estado marginados, ubicados en la periferia territorial, económica, social y cultural; visibilización de problemas y situaciones de abusos, contaminación, exclusión, violencia y delitos, entre otros. Disputar el imaginario sociocultural en las misma redes, convertirlo en un lugar donde se transparenta, expone, se desvela lo que se oculta o se quiere camuflar, trasluciendo el juego de las tensiones del poder frente a las necesidades, sueños e intereses sociales.

5. APROPIACIÓN SOCIOTÉCNICA PARA UN DESARROLLO SUSTENTABLE Y SOSTENIBLE

Latinoamérica vive un momento crucial, donde se disputan dos almas; a una con la mirada crítica del modelo neoliberal y tecnológico del desarrollo global, que se sustenta en una histórica fuerza espiritualidad y de resistencia ética, cultural; y otra fuerza que impulsa la inserción adaptativa de las tecnologías, para la transformación tecno social y cultural de comunidades, para alcanzar beneficios económicos, sociales y culturales para su gente.



Cabe recordar la frase de Byung-Chul Han, que identifica un punto crítico de modelo de sociedad neoliberal y tecnológica digital actual, cuando dice “Quien fracasa en la sociedad neoliberal del rendimiento se hace a sí mismo responsable y se avergüenza, en lugar de poner en duda a la sociedad o al sistema. En esto consiste la especial inteligencia del régimen neoliberal. Y agrega “En el régimen neoliberal de la autoexploración uno dirige la agresión hacia sí mismo. Esta autoagresividad no convierte al explotado en revolucionario, sino en depresivo”¹³. Este autor devela un punto crucial que las sociedades ancestrales y algunos grupos sociales plantean, que es la pérdida de sentido de un modelo de desarrollo que impone un estándar como único y válido de sociedad, donde los grupos de poder, las empresas tecnológicas y las elites rentabilizan a través del consumo, por ello Han dice “los aparatos digitales traen una nueva coacción, una nueva esclavitud”.

Pero, al mismo tiempo, está Cristian Bason¹⁴ que ve en estas nuevas tecnologías digitales una oportunidad de agregar valor público, a través de rediseños e innovación en modelos de gestión de Empresas, en acciones y servicios de entidades sociales, como del gobierno, a través de fomento de políticas públicas desde la base social. Plantea que “el proceso de diseño e implementación debe ser participativo”. El usuario / ciudadano final tiene un rol fundamental en el diseño de las soluciones a los problemas de la vida en común, lo cual implica instalar la mirada ciudadano-céntrica en el proceso. Es decir la tecnología al servicio de las necesidades, problemas e intereses de las comunidades.

Convertir a la tecnología en un aliado de la comunidades, es un desafío mayor cultural, que requiere un cambio en la forma de pensar la educación de las TIC, esto requiere aprender a mirar el territorio, los problemas y necesidades con las posibilidades que da la tecnología digitales, es decir dar sentido al proceso de enseñanza – aprendizaje de las TIC en función de la apropiación del entorno.

Cabe destacar como pequeños logros de comunidades indígenas que utilizan la tecnología para defender sus propias causas, como es el caso de comunidad indígena de Ecuador, Huaorani del noroeste de la Amazonía entre Ecuador, Perú y Colombia. Que constituyeron una organización sin fines de lucro, denominada “Alianza Ceibo”, que utiliza activamente los medios digitales y tecnología para visibilizar y resolver sus necesidades y problemas, logrando detener la explotación petrolera y defender su ecosistema ambiental y cultural¹⁵, en la página web de su organización se puede leer.

13 Han, Byung-Chul. (2014) Psicopolítica: Neoliberalismo y nuevas técnicas de poder. Herder Editorial

14 BASON C (2010) Leading Public Sector Innovation.

15 Consejo Coordinador de la Nacionalidad Waorani de Ecuador-Pastaza), la dirigente indígena Nenquimo presentó una demanda con el Defensor del Pueblo de Ecuador contra el gobierno ecuatoriano. Fue la principal demandante. En 2019, un panel de tres jueces de la Corte Provincial de Pastaza falló a favor de proteger medio millón de acres de la selva amazónica en Ecuador de la perforación petrolera, en un fallo histórico. Que la tienen entre las 100 personalidades mas importante del mundo en el 2020.



“Capacitamos y equipamos a Guardias Comunitarios Indígenas que realizan recorridos para monitorear, documentar y expulsar a los invasores ilegales, usando la ley como herramienta. Colaboramos con científicos universitarios en la medición de los niveles de contaminación en el agua y los peces. Con nosotros mismos haciendo la vigilancia e investigación, podemos identificar la presencia de invasores, evaluar la riqueza de nuestra biodiversidad y desarrollar una estrategia para proteger nuestros territorios y la salud de sus comunidades”¹⁶.

6. CONCLUSIONES

La educomunicación, plantea una orientación a desarrollar en los educandos y la ciudadanía, de favorecer un pensamiento crítico y proactivo ante la situación del mundo, antes los medios y mensajes, como de los modelos comunicativos digitales que subyacen en la educación y la cultura, en un contexto de gran mediatización.

Esto plantea un reenfoque de la educación de los TIC, desde una perspectiva de la apropiación de las tecnologías de la comunicación, como un proceso de negociación sobre poder y control sobre la configuración de la tecnología, sus usos, y la distribución para enfrentar “tsunami digital”, concientizando en los centros educativos formales e informales, una actitud crítica en las comunidades, vinculando estas tecnología con los problemas reales y favoreciendo la educación de la autonomía de la persona, en un clima de solidaridad humana y proximidad. Frente al monopolio de las grandes compañías de internet y presionando a los gobiernos – estados por políticas digitales inclusivas.

Promover una masa crítica en la sociedad, sobre la necesidad fomentar y aprender a supervisar los actos, actividades, productos y servicios digitales de los grupos de poder; para interpelar en esta nuevas fronteras del poder, a la empresas tecnológicas y a los Estados – Gobiernos, con el propósito de disminuir las diferencias y las asimetrías en todos los niveles, desde la lucha por el acceso a las tecnologías de la comunicación hasta monitoreo sociocultural y político de los algoritmo que subyacen en los sistemas digitales.

Convertir a la tecnología en un aliado de la comunidades, que será un desafío mayor cultural, que requiere un cambio en la forma de pensar la educación de las TIC, esto requiere aprender, desde la idea de apropiación, a mirar y mapear el territorio, los problemas y necesidades con las posibilidades que da la tecnologías digitales, es decir dar sentido al proceso de enseñanza – aprendizaje en función de la apropiación con estas nuevas herramientas el entorno.

16 Alianza Ceibo, en <https://www.alianzaceibo.org/>



CAPÍTULO 5

EDUCAÇÃO, CIDADANIA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: UMA COSTURA CRÍTICA E ESPERANÇOSA COM PAULO FREIRE

Jaciara de Sá Carvalho

O leitor poderá conferir neste breve texto marcas de oralidade. Não apenas porque a escrita aqui exposta orientou minha participação no painel “Educação, cidadania e transformação social”. Mas, também, porque me inspira a escrita de Paulo Freire, que tanto escreveu cartas (que viraram livros), e é homenageado por seu centenário de nascimento por meio deste e-book. Sua obra fundamenta as reflexões aqui apresentadas, até porque muitas são as concepções de educação, de cidadania e de transformação social.

Neste texto, busco relacionar essas três categorias a partir do difícil contexto brasileiro, em que se destacam discursos autoritários, negação da ciência, retrocessos em direitos já conquistados e, ainda, as milhares de mortes na esteira da pandemia de COVID-19. Considerarei para iniciar esta apresentação, sobretudo, a última semana de agosto de 2021, quando os noticiários destacavam manifestos em favor da democracia brasileira e o temor de conflitos no dia 7 de setembro que partem de agressões e flertes com o retorno da ditadura no país – este texto foi concluído dias antes.

O fato é que, até o momento, não encontramos um sistema melhor do que a democracia, ao menos para assegurar os princípios de igualdade, liberdade e direitos:

Mas, de modo geral, entende-se a democracia como o sistema político mais capaz de assegurar a igualdade política, proteger a liberdade e os direitos, defender interesses comuns, atender às necessidades dos cidadãos, promover o autodesenvolvimento moral e viabilizar a efetiva tomada de decisões que leva os interesses de todos em consideração (HELD, 2006 apud GIDDENS; SUTTON, 2017, p. 362).

Paulo Freire era um defensor da democracia e, por ela e seus princípios, foi exilado político. Ele forjou suas principais bases teórico-metodológicas em períodos de regime militar autoritário tanto no Brasil quanto em outros países nos anos 60, 70, 80 e essa vivência, junto das camadas populares, mas também de intelectuais democráticos, “encharcou” – palavra que usava/ gostava – suas propostas e reflexões até seus últimos dias.

Freire defendia uma “prática educativa democrática, radicalmente democrática”, o que pode ser conferido com um passeio por suas obras. Já traduzidas para mais 50 línguas, elas sugerem o caráter democrático de seu pensamento: “Pedagogia da autonomia” (1996), “Educação como prática de liberdade (2009a), “Pedagogia do Oprimido” (1987), “Política e educação” (2001), “Pedagogia da Esperança” (2009)... A concepção de educação proposta por Freire se opõe a qualquer forma de autoritarismo que impeça as pessoas de “serem mais”, de viverem plenamente.

Vale lembrar que Freire formou-se em direito e desistiu de ser advogado porque, em sua primeira causa, teria que usar o direito contra um sujeito oprimido

naquela situação. Em sua obra, podemos encontrar a defesa de direitos já conquistados, assim como do cumprimento de deveres, mas, sobretudo a luta pela criação de novos direitos.

Para isso, seria imprescindível a participação ativa em sociedade como exercício da cidadania. Além de Freire, outros autores há muito defendem a participação ativa, efetiva e democrática para a construção de sociedades mais justas e igualitárias... Mas isso implica que os sujeitos não se restrinjam apenas às suas aspirações individuais e ao voto como forma de participação, assumindo também para si a responsabilidade por projetos coletivos de transformação social (LLORENTE CORTÉS, 2006; CORTINA, 2009).

De fato, cidadania é uma palavra que remete à defesa de direitos e exercício de deveres. Sob uma abordagem sociológica, uma definição de cidadania pode ser a de *status* dentro de uma comunidade nacional ou política. Esse conceito, também segundo Giddens e Sutton (2017), divide-se em diferentes tipos, cada um criado a partir do anterior: cidadania civil, política, social, ambiental/ ecológica (nos últimos anos). Em paralelo, discussões sobre cidadania global e planetária (como nos referimos, em uma perspectiva emancipatória), vêm contestando definições circunscritas à ideia de Estado-nação.

Um estudo que desenvolvi anteriormente (CARVALHO, 2017), em uma amostra da obra de Freire, sugeriu-me que cidadania, para o autor, não seria uma condição que é própria de qualquer sujeito em sociedades democráticas. Cidadania seria uma condição, de fato, a ser conquistada por aqueles que não usufruem dessa condição ou o fazem em parte. Também por quem deseja criar e/ou modificar novos direitos e deveres de acordo com valores que possam tornar melhores as condições da existência humana.

Cidadania seria um estado constante de “posse da realidade” (FREIRE, 1979, p. 16) e, para isso, implicaria ao sujeito desenvolver criticidade na sua relação com o mundo e os outros. Cidadania poderia ser relacionada à luta permanente dos sujeitos para conquistar uma condição digna para si e os demais. E, nesse sentido, entendo que a ideia de cidadania em Freire extrapola os limites de Estado-nação, se aproximando de uma concepção de cidadania planetária.

Afinal, se, por um lado, o modelo de globalização capitalista, “globalista” (IANNI, 1996), aprofundou as diferenças entre os sujeitos/povos/nações e contribuiu para a perda de autonomia dos Estados, por outro, acabou por escancarar o óbvio, que as ações humanas estão conectadas mundialmente, para o fato de que os problemas (e as soluções) podem ser comuns porque o planeta também o é. A tomada do Afeganistão pelo Talibã, expondo o fracasso de vinte anos de presença norte-americana por meio de mortes e fuga em massa, a destruição da Amazônia, a mudança climática, e, sobretudo, a pandemia planetária de COVID, parte das mortes provocada por uma onda negacionista da ciência e de fake news (SILVA; CARVALHO, 2020) estão aí para atestar que vivemos sob uma mesma morada



e precisamos assumir uma concepção de cidadania planetária, como vem sendo defendido há algum tempo por intelectuais como Edgar Morin (2010), Boaventura Sousa Santos (2002), Moacir Gadotti (2010) e, sem se referir à cidadania, mas na mesma perspectiva, Ailton Krenak (2020).

Com eles, compreendemos que a cidadania planetária, urgente e necessária, demanda permanente desenvolvimento da criticidade que, nos termos de Freire, inclui ação transformadora.

Cidadania (planetária) seria uma condição permanentemente conquistada por meio do desenvolvimento da consciência crítica (FREIRE, 1979, 2001b), que implica práticas baseadas em referenciais éticos e sociais que promovam mais vida a todos os seres e a Terra, rumo à construção de uma sociedade de caráter planetário (CARVALHO, 2015, p. 50).

A noção de cidadania planetária se sustenta em uma visão unificadora do planeta, na perspectiva de uma sociedade mundial. De fato, o planeta carece de novas realidades, respeitadas da diversidade, comprometidas com a equidade, a sustentabilidade e a amorosidade com os seres. A luta pela cidadania, na acepção que vimos construindo com Freire, demanda um permanente esforço de “conscientização” pelos sujeitos em sua relação com o mundo e com os outros.

Ainda que tenha sido publicada nos anos 1970, a concepção de “conscientização” em Freire (1979) seria muito atual e necessária para uma relação entre cidadania, educação e transformação social. Compreendemos conscientização “como um processo permanente de reflexão crítica acompanhada de ação transformadora, por meio da relação consciência- mundo, e que pressupõe a utopia” (CARVALHO, 2017, p. 109). Para Freire, o primeiro objetivo de toda educação deveria ser o de promover o desenvolvimento da criticidade:

Ninguém luta contra as forças que não compreende, cuja importância não mede, cujas formas e contornos não discerne [...] É preciso, portanto, fazer desta conscientização o primeiro objetivo de toda educação: antes de tudo provocar uma atitude crítica, de reflexão, que comprometa a ação (FREIRE, 1979, p. 22).

Qual educação poderia possibilitar o desenvolvimento crítico engajado na construção de justiça social? Paulo freire poderia nos responder: “uma prática educativa democrática, radicalmente democrática” (PAULO FREIRE...):

- “Que nega [...] o desrespeito às pessoas”
- “Que afirma a possibilidade que todos nós temos de conhecer”
- Que estimula a curiosidade do educando
- Em que o educador e o educando, juntos, desenvolvam cada vez mais sua

criticidade.

- "Que seja profundamente dialógica"

Uma educação cidadã, planetária, que educa a favor do respeito às pessoas, aos seres, ao planeta, **à vida** não é realizada por meio de mentiras, no silêncio e com medo. É uma educação que, como prática de liberdade, não evita temas que alguns chamam de "polêmicos" e outros de "políticos". A educação é política, sempre, não porque uma de suas finalidades seja a formação para a cidadania, segundo a constituição do país, que vem sendo tão maltratada. Mas, porque enquanto ação humana, a educação também não é neutra. Paulo Freire se diferencia de muitos teóricos da educação por destacar, sempre, a politicidade da educação. Ela pode contribuir com a manutenção, o crescimento ou extinção do autoritarismo, do patriarcalismo, da intolerância religiosa, do capitalismo predatório, do machismo, do racismo, das diversas formas de preconceito e violências, de banalização da opressão e da vida.

Uma educação democrática, cidadã, é aquela que se pergunta a favor de quê/quem e contra quê/quem está o objeto em estudo. Esse estudo precisa ser relacionado às questões que afligem a comunidade, que incomoda professores e estudantes, que cerceiam suas liberdades e os impedem de ser mais. Freire (2001) sempre nos lembra que só aos interesses dominantes serve uma prática educativa supostamente neutra e descolada da realidade. Só ao autoritarismo e à opressão serve uma educação sem escuta, dogmática e instrumental.

A concepção de "escuta", em Freire, se apresenta tão atual... Podemos compreendê-la como a atitude de estar aberto ao outro, de deixar-se tocar pelo que o outro comunica, argumenta, defende. Escutar é colocar-se no lugar do outro, buscando entendê-lo em suas concepções, e as raízes delas. Não é necessário concordar ou mudar de ideia, mas ser respeitoso, ser amoroso. Freire nos ensina que, infelizmente, não é possível o diálogo sem escuta. Quando há diálogo, podemos apresentar questionamentos, hipóteses, análise de contradições, dúvidas, generalizações; podemos dizer nossa própria palavra, sem medo. A sensação é a de que retrocedemos, em vez de avançar, em escutar o outro nos últimos anos neste país.

À democracia e à cidadania interessam o diálogo problematizador, mediatizado pelo mundo, que se configura como encontro entre pessoas a denunciar e gerar anúncios (FREIRE, 1987). A democracia e a cidadania planetária demandam, sobretudo, uma educação que nos lembre que a luta contra a opressão é parte da história da humanidade. A história é feita de guerras, pestes, ditaduras, mas elas não são para sempre. Ainda que possam voltar, elas são encerradas porque há resistência. Nós carregamos a pulsão pela vida e pela liberdade, pela amorosidade.

Se vivemos, hoje, "situações-limite", precisamos lembrar que nelas mesmas estão contidas as possibilidades.



[...] as 'situações-limite' não são 'o contorno infranqueável onde terminam as possibilidades, mas a margem real onde começam todas as possibilidades'; não são 'a fronteira entre o ser e o nada, mas a fronteira entre o ser e o ser mais'" (VIEIRA PINTO, 1960, p. 284 apud FREIRE, 1987, p. 51).

Precisamos lembrar que a história e o futuro não são "dados", mas construídos por nós, pelas nossas resistências, lutas e utopias. Que as transformações sociais são próprias da história e reconhecer isso nos ajuda a esperar. Se o compromisso da educação tem sido com a cidadania e a transformação social, nada foi feito sem o sonho. Ainda bem que a educação sempre abrigou a esperança.

Referências

- CARVALHO, Jaciara de Sá. *Educação cidadã a distância: uma perspectiva emancipatória a partir de Paulo Freire*. 2015. 211 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- CARVALHO, Jaciara de Sá. Uma concepção de cidadania (Planetária) para a formação cidadã. *Inter-Ação*, Goiânia, v. 42, n. 1, p. 105-121, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5216/ia.v42i1.44516>>.
- CORTINA, Adela. *Ciudadanos del Mundo: hacia una teoría de la ciudadanía*. Madrid: Alianza Editorial, 2009.
- GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. *Conceitos essenciais da sociologia*. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.
- IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- MORIN, Edgar. Los principios fundamentales de la educación del siglo XXI. Entrevistador: Antonio Roveda H. Entrevista concedida à *Signo y Pensamiento*, Bogotá, vol. 29, n. 56, p. 42-49, jan-jun 2010.
- PAULO FREIRE cidadão do mundo. Direção: Marcelo Zelic, Centro de Documentação e Informação Científica (Cedic) da PUC-SP [s.d.].
- FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo: Cortez, 1979.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. *Educação na cidade*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREIRE, Paulo. *Política e educação: ensaios*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001a.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 16. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009a.
- LLORENTE CORTÉS, M. A.. Ciudadanía y participación: documento de debate. In: III CONGRESO DE EDUCACIÓN PARA EL DESARROLLO, diciembre 2006, Vitoria-Gasteiz. *Anais...* Vitoria-Gasteiz: [s.n.], diciembre 2006. Disponível em: <<http://www.hegoa.ehu.es/congreso/gasteiz/doku/CiuParDeb.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2012.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Vamos falar da sociedade civil planetária. In: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2002, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: [s.n.], 2002b. Disponível em: <<http://www.ciranda.net/ciranda-mundi/article/vamos-falar-da-sociedade-civil>>. Acesso em: 30 out. 2012.
- SILVA, Roberto C. F.; CARVALHO, Jaciara Sá. *Fake News, implicações sociais e urgência do diálogo na educação*. REVISTA FAED - UNEMAT, v. 33, p. 155-175, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/viewFile/4790/3675>. Acesso em 22 nov. 2020. DOI/10.30681/21787476.2020.3.155175

The background of the image is a photograph of a bookshelf filled with books, rendered in a monochromatic yellow-green color. A large, white, geometric shape, resembling a stylized letter 'A' or a large triangle with a curved top, is superimposed over the bookshelf. The text is centered within this white shape.

PARTE
II
REFLEXÕES FREIRIANAS



CAPÍTULO 6

A PALAVRAMUNDO: DA LEITURA DO MUNDO À LEITURA DA PALAVRA

Wendel Vinícius de Freitas Santos

É preciso que a leitura seja um ato de amor.

Paulo Freire

Tal como a *Aula*, de Roland Barthes e o *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure, a obra *A importância do ato de ler*, de Paulo Freire (1921 – 1997), surge, nos estudos acadêmicos, como uma transcrição de ideias levadas a público por meio de conferências e palestras proferidas entre 1981 e 1982. Neste caso, uma obra composta por uma trilogia de artigos que se complementa, tendo se consagrado pela apresentação freireana acerca da indicotomizável relação entre a leitura do mundo e a leitura da palavra.

Além de considerar a leitura como um ato político, esta obra faz uma reflexão crítica da leitura, tematizando seus elementos básicos: o sujeito (leitor), o objeto (texto) e as condições sociais de produção, o que posteriormente foi considerada uma visão epistemológica com base na visão freireana de homem, educação e sociedade pela qual somente com/pelo amor, enquanto atividade pedagógica, se efetivaria.

Para além de uma alfabetização focada na palavra, Paulo Freire, através de *A Importância do ato de ler*, considera que mais do que situar o indivíduo em um sistema de escrita alfabético, o educador, ciente do seu papel crítico e político, deve situar este indivíduo em seu contexto histórico e social, possibilitando que a sala de aula seja de fato um espaço de construção de conhecimento e experiências.

Assim, na comemoração do centenário de nascimento de Paulo Freire, objetivamos disseminar ainda mais a dimensão freireana, tal qual proposto por ele, em um círculo eterno de cultura, pelo qual sejamos partícipes de uma experiência real com a leitura, no contexto de nossa existência, pensando e repensando nossa relação com a leitura de mundo e com a leitura da palavra.

1. NOVAS CONCEPÇÕES DE LEITURA

A importância do ato de ler, ao propor uma nova concepção de leitura e consequentemente novas possibilidades acerca do processo alfabetizador, renova as concepções tradicionais de leitura. Isto posto, passa-se a considerar que a leitura não é tão somente uma atividade mecânica de decodificação, passando a compreender também uma relação dinâmica entre linguagem e realidade.



Freire (2017) propõe que a palavra fora de seu contexto, fora da realidade de mundo do sujeito leitor não alcança as dimensões de uma leitura de fato, tornando-se apenas uma decodificação e reconhecimento de letras: um significante, longe de seu significado, a lembrar as dicotomias sausserianas. Frisa ainda que

A memorização mecânica da descrição do objeto não se constitui em conhecimento do objeto. Por isso é que a leitura de um texto, tomado como pura descrição de um objeto é feita no sentido de memoriza-la, nem é real leitura, nem dela portanto resulta o conhecimento do objeto de que o texto fala. (FREIRE, 2017, np)

Assim, o leitor não deve ler apenas o texto, ampliando sua leitura também para o contexto, já que “A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto” (FREIRE, 2017, np). Então, a fim de unir as concepções de leitura da palavra e do mundo, Freire cunha o neologismo “palavramundo”, evidenciando essa indicotomizável relação entre linguagem e realidade.

Não obstante, já que as concepções de leitura foram atualizadas por Freire, novas ideias acerca do processo de alfabetização também foram propostas, considerando que “A alfabetização é a criação ou a montagem da expressão escrita da expressão oral.” (FREIRE, 2017, np), consagrando também a ideia de que ler é um ato, ato este que implica sempre uma percepção crítica, interpretação e reescrita do lido pelo sujeito leitor.

2. ATO DE LER

Partindo da ideia de que a educação é a alavanca das mudanças sociais, Freire (2017) retoma o mito da neutralidade da educação, para negar tal expediente, principalmente evidenciando a natureza política do processo educativo. Deste modo, propõe que é necessário ter clareza em torno de *a favor de quem e do quê, contra quem e contra o quê* a educação se estabelece enquanto atividade política, respeitando sempre os níveis de compreensão do educando, em uma educação libertária.

Propõe ainda novas nomenclaturas para os sujeitos do processo de alfabetização, passando a denominar esse sujeito aprendente de alfabetizando, em vez de analfabeto, considerando que ele é sujeito ativo do processo – assim como o professor alfabetizador – e não negando a condição de reconhecimento do sistema alfabético, surgindo assim, novas categorias conceituais como o analfabetismo funcional, por exemplo.

Partindo da alfabetização de adultos, chegando à alfabetização de crianças, Freire (2017) reitera que nesse processo não existe uma doação da compreensão mágica da palavra, partindo do educador ao alfabetizando; o que de fato acontece

é uma mudança de concepção deste processo alfabetizador enquanto ato político em um esforço de leitura do mundo e da palavra, tanto por parte de educador, quanto por parte do alfabetizando. Notadamente, esses sujeitos passam a se preocupar também com o processo de pós-alfabetização.

3. PRÁTICA LEITORA

Freire (2017) discutia a leitura, e logo o processo de alfabetização, como diante sempre de uma novidade, pela qual se pudesse pensar e repensar o processo alfabetizador, com foco na ressignificação de sua prática, partindo do conceito, sem se desvencilhar do concreto.

Assim sua prática orienta para a participação crítica e democrática dos educandos no ato de conhecimento, enquanto sujeitos ativos do processo. Pode-se dizer então que Freire (2017) já prenunciava o que hoje se fala em metodologias ativas de aprendizagem.

Nesse ínterim, compreensão crítica e prática participativa devem nortear todo processo educativo, levando esses sujeitos a responder aos desafios enfrentados e superando suas dificuldades, partindo dos seus contextos de vida, fazendo história, já que “fazer história é estar presente nela e não simplesmente estar representado.” (FREIRE, 2017, np).

Assim a prática alfabetizadora deve considerar “ler e escrever como momentos inseparáveis de um mesmo processo – o da compreensão e o domínio da língua e da linguagem.” (FREIRE, 2017, np). Isto posto, Freire (2017) também considera a necessidade de estimular o caráter oral da linguagem nesse processo, sugerindo sempre para totalidade do processo uma leitura em voz alta pelo educador, acompanhada por uma leitura silenciosa dos alfabetizandos, seguida de uma leitura em voz alta dos educandos, para sempre, propor ao fim destas uma discussão em torno da temática, sem uma alusão, inicialmente, aos princípios gramaticais, explorados somente no pós-alfabetização.

4. A LEITURA ENQUANTO ATO DE AMOR

Enfim, Paulo Freire (2017) com *A importância do ato de ler* renovou a concepção de leitura, revelando um vínculo indissociável entre linguagem e realidade, postulando o ato de ler como uma prática de leitura para a construção de uma postura crítica e política, tanto para educandos, quanto para educadores. Ao despertar essa consciência crítica, revela que a leitura enquanto prática deve ser um ato de amor.



Referência

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se complementam. São Paulo: Cortez, 2017.





CAPÍTULO 7

REFLEXÕES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE PARA OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS PANDEMICOS

**Karolinne Silva Lima
André Felipe Costa Santos**

No ano em comemoração ao centenário de Paulo Freire a educação brasileira sofre muitas adaptações advindas da pandemia pelo *coronavírus* Sars-CoV-2, popularmente chamada de Covid-19. Nesse contexto o presente manuscrito tem como objetivo refletir por meio de Paulo Freire os tempos pandêmicos para compreender os porquês da educação, de forma a refletir sobre as práticas pedagógicas diante de um contexto que gerou um novo olhar e uma nova postura da prática em sala de aula. Assim, em vista a esse novo contexto percebemos a busca das escolas e/ou professores por novas metodologias e porque não dizer por novos saberes, já que “a consciência da incompletude nos seres humanos leva-nos a envolvermos em um processo permanente de pesquisa” (FREIRE, 2021).

No Brasil, por determinação do Ministério da Educação (MEC), de acordo com portaria nº 343, de 17 de março de 2020 as aulas presenciais ficaram suspensas em todo o território nacional, nesse contexto as instituições de ensino foram autorizadas a realizar “atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais” (Brasil 2020), também vulgarmente denominado “ensino remoto”. Desta forma, os professores foram confrontados com a necessidade de desenvolver novas competências e habilidades de ensino atreladas à tecnologia para enfrentar a realidade pandêmica.

A realidade acima mencionada nos traz uma consideração destacada por Freire: uma reflexão crítica sobre a prática se torna exigência na relação teoria/prática, desta forma a concepção acima é de suma importância uma vez que o processo de ensinar não deve se limitar apenas ao uso de ferramentas tecnológicas, mas refletir sobre suas aplicabilidades.

Diante disso, cabe-nos uma grande reflexão sobre a prática docente, uma vez que o envolvimento e a expectativa sobre o uso das chamadas “novas tecnologias da educação” vêm afetando o trabalho docente, ou da “dodiscência - docência-discência”. Para Freire (2021) o ato de ensinar exige risco, uma vez que a aceitação do novo não poder ser negado ou simplesmente acolhido só porque é novo, mas que é necessário compreender se o processo educacional prima por princípios para uma educação ética, humanizada e transformadora.

Com vista nesse contexto, ousamos refletir o real papel da educação em paralelo ao uso dos recursos digitais. Entretanto, é importante enfatizar que o “ensino remoto”, por meio do uso da internet no atual contexto brasileiro é algo complexo, segundo dados do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação – CETIC.BR – site sob auspícios da UNESCO²¹, em pesquisa realizada entre outubro de 2019 a março de 2020, 28% dos domicílios não possuíam internet, ou seja 20 milhões de unidades residenciais não estão conectados à internet e o mais agravante é que 50% destes encontram-se nas classes sociais D E. Contudo, em uma conclusão rápida conseguimos perceber o quanto as dificulda-

¹ <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/03/23/unicef-diz-que-154-milhoes-estao-sem-aulas-na-america-latina-e-caribe-devido-ao-coronavirus-e-alerta-para-risco-de-abandono-escolar.ghtml>

des tais como: falta de recursos financeiros, domínio sobre as ferramentas digitais e acesso à internet e equipamentos tecnológicos, faz o aluno ser, apenas, receptor de conteúdo, ou seja, a educação do “bancarismo”, ou nem isso, uma vez que nem acesso às informações o aluno teve ou está tendo.

Contudo, como entender a autonomia do aluno nesse contexto? É preciso descobrir e/ou verificar formas, meios de linguagem, comunicações midiáticas que promovam aos alunos uma comunicação participativa, que garanta criatividade, diálogos e possibilite o desenvolvimento intelectual de todos que estão envolvidos no processo e abra seus horizontes para o pensamento lógico, científico, estético, ético, político e cultural (SOUZA E CERQUEIRA, 2014). Para Freire ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar possibilidades para produção e construção do conhecimento (FREIRE, 2021).

Nesse sentido, não tem como pensar o contexto de autonomia da educação, na atualidade, sem refletir sobre a ética universal humana. Assim, podemos vincular à ética ao caráter transformador da Pedagogia Libertadora do qual implica, necessariamente, na defesa de uma ação educativa comprometida com a tarefa de *eticizar* o mundo, Freire associa ao fazer pedagógico a necessidade de uma sólida atuação em favor da transformação social, com vistas à superação das desigualdades, das injustiças, dos preconceitos (POLLI, 2020).

Contudo, ainda nos cabe a maior reflexão sobre a pedagogia da autonomia na atualidade. O que faremos? Afinal, não existe “pedagogia sem otimismo”. Assim, compreender a dialogicidade de Paulo Freire e a pedagogia da escuta é importante na realidade do ensino remoto. Conforme Vieira, Carneiro e Costa:

“o diálogo é o alicerce do processo educativo em relação às descobertas no processo de construção do conhecimento. Além disso, é fundamental reconhecer a criança como ser histórico e protagonista do seu próprio processo de aprendizagem e produtora de uma cultura específica”. (VIEIRA; CARNEIRO; COSTA, 2021)

Desta forma, por meio da afirmativa acima percebemos que o conhecimento se concretiza por meio das relações, ou seja, o diálogo é parte do nosso processo histórico no caminho para nos tornarmos seres humanos (FREIRE; SHOR, 2021). Paulo Freire deixa claro que o diálogo é contexto do amor, uma vez que por meio da dialogicidade as relações se constroem e se transformam, ou seja, a construção do ser está vinculada à relação com o outro. Entretanto, sabemos que o processo de relação ou inter-relação entre o sujeito e o objeto de acordo com a Teoria das Representações Sociais proposta por Serge Moscovici é essencial no processo de construção do conhecimento. De acordo com Moscovici as relações que estabelecemos no cotidiano são frutos de representações que são facilmente aprendidas (MOSCOVICI, 1978).

Precisamos acreditar na educação crítica, o que implica levar em conta a prática da cidadania e da democracia. Ambas contribuem para a emancipação e para uma



educação viável às classes sociais DE. Precisamos de uma educação que promova práticas no ato de ensinar com foco na solidariedade, fraternidade e democracia na qual os docentes, enquanto intelectuais, desenvolvam a leitura crítica do mundo.

Sendo assim, é de extrema clareza que as contribuições de Paulo Freire continuam atuais para os desafios da educação contemporânea. E que mesmo vivendo uma educação de pandemia é necessário compreendermos a importância de uma educação inclusiva tendo em vista que a formação do discente não apenas para hoje, mas para daqui a trinta, quarenta anos. Para isso, devemos pensar conforme expressa Mc Laren (1987, p. XPTO) o humanismo radical de Freire continua a “oferecer alguns dos mais importantes desafios às mais brutais políticas e práticas que infectam o mundo hoje – guerra, imperialismo, globalização capitalista, repressão política, tortura, racismo, patriarcado, homofobia e triunfalismo religioso.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 544 de 16 de junho de 2020 . Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19.** 2020a. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em: 31 de agosto de 2021.

FREIRE, P., & Shor, I. **Medo e Ousadia.** São Paulo: Paz e Terra. 2021

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** (Edição especial). Editora Paz e Terra, v. 3, f. 88, 2021. 176 p.

MACLAREN, Peter. **A vida nas escolas: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas. 1987.

MOSCOVICI, S. **A Representação Social da Psicanálise** . Rio de Janeiro: Cabral. 1978

POLLI, José Renato. **Libertadora e Ética Universal do Ser Humano.** Revista UNINA. edição 1, volume 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.51399/reunina.v1i1.10>. Acesso em: 31 de agosto de 2021.

SOUZA, Raquel Castilho; CERQUEIRA, Teresa Cristina Siqueira. **Representações Sociais do ensino e aprendizagem em Educação a Distância.** 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/download/14472/10951>. Acesso em: 31 de agosto de 2021

VIEIRA, H. P., CARNEIRO, E. S., & COSTA, F. A. **A dialogicidade e a pedagogia da escuta na educação infantil.** Ensino em Perspectiva (2021)



CAPÍTULO 8

ESPERANÇAR EM RODA

Érica Andressa Rocha da Silva

Este ensaio é resultado de reflexões iniciais a respeito do encontro de alunas (os) com a Pedagogia Freireana, através da obra "Pedagogia da Esperança: Reencontro com a Pedagogia do Oprimido" escrita por Paulo Freire em 1992. O contato das (os) estudantes com o autor a partir do clube de leitura e oficinas, permitiu, que juntas (os) enxergássemos o quanto os pensamentos de Freire conversam com as nossas vivências.

As palavras do autor despertam memórias afetivas no sentido do afetar, as vezes de forma negativa outras positiva, quando nos fazem lembrar das nossas relações com a escola, com a educação familiar que recebemos, com os outros espaços educacionais que frequentamos e por vezes salvaram nossa autoestima nos mostrando, que somos seres capazes de aprender e produzir conhecimento.

Estávamos em roda mesmo ocupando um espaço virtual, afirmo isto, pois só é possível conversar sobre uma Pedagogia da Esperança se estivermos lado a lado e pudermos olhar, ouvir a todas (os) enquanto falam de suas memórias. Rememorar os encontros como discussões circulares me fazem lembrar da roda de capoeira e sua lógica coletiva, todas (os) desempenham uma atividade dentro da roda, cantam, batem palmas, tocam e jogam, podendo exercer várias funções no decorrer do jogo. A roda só acontece se todas (os) ajudam e participam. Nesta perspectiva os sujeitos saem de sua individualidade para costurar algo coletivamente

A compreensão do corpo como instrumento de relações na roda e na vida. O corpo estabelece os primeiros contatos com o mundo, desde o nascimento. É através dele que expressamos nossas emoções e nos comunicamos oralmente e gestualmente. O diálogo corporal no jogo da capoeira demonstra, através dos movimentos, características da personalidade do jogador, suas emoções e formas de se relacionar com o outro. O corpo segue o ritmo proposto pelos instrumentos musicais e coloca inúmeras possibilidades de expressão à disposição do capoeirista, que une um movimento ao outro de forma harmônica e dialógica com seu parceiro[...] (PONSO; ARAÚJO, 2014, p. 29).

Usar a capoeira como metáfora para refletir sobre os momentos de conversa com as (os) estudantes sobre a Pedagogia da Esperança de Freire é possível, porque fomos um pouco capoeiristas em roda quando experimentamos o papel de quem ensina, mas também de quem aprende, através da comunicação de nossas memórias a respeito da educação enquanto alunas (os) e professoras(es) permitindo que nossas lembranças afetivas dialogassem com as de outras(os), que estavam presentes. Nós estabelecemos diálogo em harmonia como a (o) capoeirista na roda.

Tratando da compreensão freireana da educação, essa dialoga com as nossas vivências e lembranças, pois assume a nossa legitimidade de sujeitos produtores de cultura. Apontando o papel fundamental da linguagem no processo de ensino/aprendizagem em prol da democratização da educação.



Freire (1992) relata isso contando sua experiência no Chile durante seu exílio, quando desempenhou a função de assessor do Instituto de Desarrollo Agropecuario do Ministério da Educación da Corporación da 1ª Reforma Agrária, que o possibilitou que penetrasse no universo do campo e suas relações, ouvindo os trabalhadores rurais sobre suas questões ligadas ao direito à terra, trabalho digno e educação. Assim, desenvolvendo ideias a respeito da educação popular. “Tenho ainda hoje, na memória, bem vivos, retalhos de discursos de camponeses, de afirmações, de expressões de legítimos desejos de melhora, de um mundo mais bonito ou menos feio, menos aresto, em que se pudesse amar” Freire (1992, p.21).

Juntas (os) revisitamos a dificuldade, que muitas (os) tivemos e temos em acessar a linguagem instituída no ambiente escolar/acadêmico, por essa não conversar com a nossa realidade. Em contrapartida, conseguimos identificar os espaços educacionais, que afetam nossas subjetividades de forma especial e ajudam a construir um processo de aprendizagem significativa.

Posso citar aqui exemplos desses lugares, o bloco Afro do bairro, a roda de Capoeira, o terreiro de religião afro-brasileira, o projeto social de cultura *Hip hop*, Balé, a oficina de musicalização, entre outros espaços de socialização nos quais aprendemos dentro de uma outra estrutura de organização e utilizando outras metodologias, que estão para além das cadeiras enfileiradas e do professor situado ,hierarquicamente, como alguém que sabe tudo, sabe mais em oposição as alunas (os), que não possuem saberes para estabelecer um diálogo. A superação desse modelo educacional tradicional prussiano precisa ser superado em nome de uma educação afetiva.

Desse modo, a Pedagogia da Esperança nos auxilia a pensar questões sobre linguagem acessível e educação, quando Freire (1992) descreve, que essa é construída a partir da Pedagogia do Oprimido, porque não podemos ser coniventes com as injustiças sociais e desigualdades de acesso à educação que se apresentam diante de nós. A desesperança não pode ser utilizada como válvula de escape para a nossa apatia e conformismo

[...] é um livro assim, escrito com raiva, com amor, sem o que não há esperança. Uma defesa da tolerância, que não se confunde com a conivência, da radicalidade; uma crítica ao sectarismo, uma compreensão da pós-modernidade progressista e uma recusa à conservadora, neoliberal (FREIRE, 1992, p. 06)

A esperança escrita por Freire não é sinônimo de espera, passividade, mas significa “esperançar” como um verbo, que se movimenta em busca de seu objetivo. “Enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica, diz Freire (1992, p.05).

Por isso, a importância de estabelecer diálogos como os realizados no clube de leitura e oficinas, pois nesses espaços falamos sobre o distanciamento da nossa vivência cotidiana do formato metodológico aplicado muitas vezes em sala de



aula. Essa incompatibilidade de linguagens e epistemologias podem gerar consequências, como a evasão escolar por sentimento de inadequação, dificuldades de assimilação e reprodução da lógica opressor/oprimido trabalhada por Freire.

Diante disso, para refletir sobre esses processos em “estado de roda” nos permite pensar estratégias para elaboração de uma educação mais plural, popular e democrática, também, numa tentativa de romper ou amenizar os efeitos dos processos da colonização, que subalterniza os saberes dos povos colonizados e estabelece um padrão de educação/cultura a ser seguido.

Fanon (1979) nos diz que a colonização não é só geográfica, quando os europeus tomam posse dos territórios, também criam uma cultura colonial, que atribui identidades de “outros” para os povos dominados, criando estereótipos sobre eles e estabelecendo o modo de vida europeu como universal. Nossa estrutura educacional não está descolada desse processo, o modo como ensinamos e aprendemos é de matriz europeia e traz consigo uma linguagem que em muitos momentos não dialoga com a nossa realidade.

Assim sendo, acredito que só podemos incorporar uma Pedagogia da Esperança nas nossas práticas educacionais quando nos permitirmos o diálogo com as epistemologias dos povos indígenas, com a cultura afro-brasileira, saberes do campo e outras cosmovisões, que também nos constituem enquanto povo brasileiro, mas que a relação opressor/oprimido estabelecida historicamente, dificulta nosso acesso a essas linguagens. Sigamos tentando romper essa barreira colonial para construção de uma educação dos afetos, que se comunica com nossa realidade e nos permite atribuir sentido ao que aprendemos.

Referências

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: reencontro com a Pedagogia do Oprimido: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PONSO, C. C.; ARAÚJO, M. L. **Capoeira**: a circularidade do saber na escola. Porto Alegre: Sulina, 2014. 127p





CAPÍTULO 9

PAULO FREIRE E BELL HOOKS: O ENSINAR A TRANSGREDIR

Grace Kelly Silva Sobral Souza

Chirlene Pessoa Sousa

Em 2021, comemoramos o centenário de Paulo Freire, ano este marcado pela confluência de sentimentos, perpassados, por um lado, pelas incertezas ocasionadas pela pandemia da covid-19, que tanto impactam nossos dias e, por outro, a esperança por tempos melhores. Esperançar talvez seja a palavra que define o ideário político e social de Freire, exatamente naquele mesmo sentido apresentado por ele, no livro *Pedagogia da Esperança* em 1992, “[...] esperançar é ir atrás, é se juntar, é não desistir. [...]. Esperançar é a capacidade de olhar e reagir àquilo que parece não ter saída. Por isso, é muito diferente de esperar; temos mesmo é de esperançar.”(FREIRE,1992, p.30). As inquietações que definem este texto são aquelas que demarcaram aspectos iniciais do Clube de leitura do Centro Universitário Estácio São Luís, ocorrido entre os meses de maio, junho e julho do corrente ano.

A leitura consubstanciada das obras de Paulo Freire, impulsionadas nos três dias de discussão coletiva reacendeu a esperança de uma educação transformadora, firmada nas questões temporais e causais em um contexto pandêmico. De que forma os escritos de Paulo Freire continuam a nos impactar? Como repensá-lo à luz das experiências e das vivências pedagógicas, sobretudo aquelas que elucidam uma educação democrática e cidadã? Nesta perspectiva, apresentaremos algumas reflexões sobre direito à educação, à cidadania e a participação democrática em uma sociedade contraditória e excludente a partir de Paulo Freire. Para o cerne da discussão, retomamos os estudos de uma teórica que, assim como outras, se debruçou nos textos deste autor, compreendendo a educação enquanto prática de liberdade. O diálogo próximo entre Bell Hooks, no seu livro “Ensinando a transgredir”, e Paulo Freire, baseado nos aspectos estruturantes do livro “Pedagogia da Indignação”, firmam as linhas e as entrelinhas deste texto.

Freire foi educador, pedagogo e filósofo. Nasceu em 19 de setembro de 1921 na cidade de Recife-PE e faleceu em 2 de maio de 1997. Em vida, reuniu vários títulos, dentre eles, o de Doutor Honoris Causa e o de Patrono da Educação Brasileira. É o terceiro pensador mais citado nas produções acadêmicas das áreas das ciências humanas. O trabalho com a alfabetização de 300 adultos em 45 dias em 1963 em uma cidade no interior do Rio Grande do Norte condecorou o seu método educacional como sendo aquele que melhor se aproximava da realidade brasileira.

A coletânea de textos que compõem o livro *Pedagogia da Indignação* é composta por cartas pedagógicas e ensaios escritos pelo autor momentos antes de sua morte, que foram publicados e apresentados pela primeira vez em 1997 por sua esposa, Ana Maria Araújo Freire. Para ela, o livro não pode ser considerado uma obra póstuma de Freire, mas sim “[...] a obra que celebra a sua vida” (FREIRE, 2000, p. 9). As indignações expostas nas três cartas e nos outros seis escritos legitimam o pensar crítico do autor e os meios pelos quais se possibilitam a reflexão e a ação oriunda das leituras de mundo. Por esta razão, dirige os seus escritos “[...] aos jovens pais e mães, aos filhos e filhas adolescentes, mas também aos professores e professoras. [...]” (FREIRE, 2000, p. 12)

Por que Bell Hooks? Professora, ativista, antirracista, estadunidense, Bell Hooks, é uma das principais intelectuais, referendadas nos estudos mundiais sobre o movimento feminista. Autora de mais de 30 livros (dentre eles, publicações direcionadas ao público infantil), é uma das pessoas que veem nos estudos sobre Paulo Freire, uma possibilidade de transformação da linguagem nos espaços de atuação. O livro “Ensinar a transgredir: a educação como prática da liberdade” foi escrito em 1994 e lançado no Brasil em 2013. Com 14 ensaios, Hooks, dedica a coletânea a todos os seus alunos e a Paulo Freire, com quem teve contato pessoal anos depois das leituras das suas publicações.

Os ensinamentos de Freire e o engajamento feminista da autora possibilitaram a ela a construção de uma prática pedagógica. “[...] Quando descobri a obra do pensador brasileiro Paulo Freire, meu primeiro contato com a pedagogia crítica, encontrei nele um mentor e um guia, alguém que entendia que o aprendizado poderia ser libertador. [...]” (HOOKS, 2013, p. 15). Os textos de Hooks foram escritos em momentos distintos e para públicos diferentes e, assim como o livro “Pedagogia da Indignação” de Paulo Freire, possuem a capacidade de correlacionar a educação formal e a não formal enquanto práticas transgressoras. Ressaltamos que não estamos levando em consideração o ano de publicação das coletâneas, mas a essência como os autores materializam o contexto e os significados das obras no campo educacional. Segundo Freire (2000), a realização dos sonhos está respaldada nas escolhas decisivas provocadas pelo poder transformador da educação.

[...] na medida em que nos tornamos capazes de transformar o mundo, de dar nome às coisas, de perceber, de entender, de decidir, de escolher, de valorar, de, finalmente, eticizar o mundo, o nosso mover-nos nele e na história vem envolvendo necessariamente sonhos por cuja realização nos batemos. Daí então, que a nossa presença no mundo, implicando escolha e decisão, não seja uma presença neutra. [...]. (FREIRE, 2000, p. 17)

A educação como prática de liberdade é o combustível da pedagogia engajada defendida por Hooks (2013) também como transformadora das realidades. Seu ensinamento é por meio do respeito e da proteção das almas dos alunos “[...] essencial para criar as condições necessárias para que o aprendizado possa começar do modo mais profundo e mais íntimo”. (HOOKS, 2013, p.25). A realidade vivida pela autora na condição de professora coaduna com o olhar crítico de Paulo Freire no que diz respeito à noção de práxis significativa apresentada pelo autor, no sentido do agir e do refletir sobre o mundo, para então modificá-lo. Para tanto, Hooks (2013) relembra o momento exato do seu encontro com a leitura do autor.

“[...] Quando encontrei a obra de Freire, bem num momento da minha vida em que estava começando a questionar profundamente a política da dominação, o impacto do racismo, do sexíssimo, da exploração de classe da colonização que ocorre dentro dos próprios Estados Unidos, me senti fortemente identificada com os camponeses marginalizados de que ele fala e com meus irmãos e irmãs negros, meus camaradas de Guiné Bissau. [...] Ele me fez pensar profundamente sobre a construção de uma identidade na resistência [...]” (HOOKS, 2013, p. 66)



A capacidade de tornar real na prática o que aprendemos no processo de conscientização é um aspecto apontado por Hooks (2013), claramente observado na segunda carta “Do direito e do dever de mudar o mundo” do livro *Pedagogia da Indignação*. Nele Freire cita que:

“[...] Da educação que, não podendo jamais ser neutra, tanto pode estar a serviço da decisão, da transformação do mundo, da inserção crítica nele, quanto a serviço da imobilização, da permanência possível das estruturas injustas, da acomodação dos seres humanos à realidade tida como intocável. Por isso, falo da educação ou da formação. [...]” (FREIRE, 2000, p. 27).

A segunda carta conta trechos das experiências de vida apreendidas pelo teórico durante sua passagem no Movimento Sem Terra - MST. A proposta pedagógica encontrada nas ações do MST apresenta o caráter intervencionista do movimento no contexto social, segundo falas de Freire (2000).

O Movimento dos Sem Terra, tão ético e pedagógico quanto cheio de boniteza, não começou agora, nem há dez ou quinze, ou vinte anos. Suas raízes mais remotas se acham na rebeldia dos quilombos e, mais recentemente, na bravura de seus companheiros das Ligas Camponesas que há quarenta anos foram esmagados pelas mesmas forças retrógradas do imobilismo reacionário, colonial e perverso. O importante, porém, é reconhecer que os quilombos tanto quanto os camponeses das Ligas e os sem-terra de hoje todos em seus tempos, anteontem, ontem e agora sonharam e sonham o mesmo sonho, acreditará e acreditam na imperiosa necessidade da luta na feitura da história como ‘façanha da liberdade’. No fundo, jamais se entregariam à falsidade ideológica da frase: ‘a realidade é assim mesmo, não adianta lutar’. Pelo contrário, apostaram na intervenção no mundo para retificá-lo e não apenas para mantê-lo mais ou menos como está. (FREIRE, 2000, p. 28).

Bell Hooks evidencia uma preocupação permanente no quarto capítulo de sua obra ao correlacionar o processo de descolonização presente em boa parte dos seus escritos com a insistência de Freire no reconhecimento da conscientização enquanto meio e não o fim de um processo que se inicia no seio dos movimentos sociais. Para ela, o entendimento global das lutas por libertação presentes em Freire enfatiza “[...] o importante estágio inicial da transformação - aquele momento histórico em que começamos a pensar criticamente sobre nós mesmos e nossa identidade diante das nossas circunstâncias políticas.” (HOOKS, 2013, p.67).

Neste quarto capítulo Glória Jean Watkins utiliza o seu pseudônimo Bell Hooks para dialogar sobre as influências de Paulo Freire, momento exato em que o leitor consegue perceber as duas vozes literárias. Nascida em uma cidade rural do estado de Kentucky, no sul dos Estados Unidos, a vida agrária e sua relação com os negros que trabalhavam na terra a fez encontrar em Freire, a educação enquanto prática de libertação.

[...] Sabe, não existem livros de história que realmente contem como era difícil a política da vida cotidiana para os negros no Sul segregacionista, quando tantas pessoas não sabiam ler e frequentemente dependiam de gente racista



para explicar, ler e escrever. [...] A ênfase na educação como necessária para libertação, que os negros afirmavam na época da escravidão e depois durante a reconstrução, informava nossa vida. E por isso a ênfase de Freire na educação como prática da liberdade fez sentido imediatamente para mim. [...] (HOOKS, 2013, p.72).

Do segundo ao penúltimo ensaio que encerra a parte II dos “outros escritos” do livro *Pedagogia da Indignação* é destinado a alfabetização no Brasil. Ao visitar as favelas de Olinda e de Recife, em Pernambuco, Freire se deparou com a tristeza da fome e do analfabetismo. As histórias de vida que se cruzavam com as realidades políticas e sociais da época, impulsionaram o autor a escrever o texto “Alfabetização e miséria” no teor das críticas realizadas por ele sobre o silenciamento das vozes, e sobre o negacionismo das condições reais de vida.

“[...] É o saber da História como possibilidade e não como determinação. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade como que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências.” (FREIRE, 2000, p. 36).

A intervenção a que ele se refere está na leitura do mundo que precede sempre a leitura das palavras, enquanto exercício constante de educadores que buscam a leitura crítica das camadas populares. A prática educativa, para ele, não pode estar alheia às condições culturais concretas da sociedade, pois, “o exercício de pensar o tempo, de pensar a técnica, de pensar o conhecimento enquanto se conhece, [...], são exigências fundamentais de uma educação democrática à altura dos desafios do nosso tempo.” (FREIRE, 2000, p. 46)

A aproximação de Bell Hooks e Paulo Freire, possibilitaram transformações nas linguagens e no pensamento crítico de Freire que, influenciado, pelo pensamento feminista repensou o seu posicionamento. A citação abaixo, rememora uma importante passagem da vida de Hooks, no primeiro encontro com Freire.

[...] No mesmo instante em que certas pessoas falaram contra o fato de eu levantar essas questões *feministas* e desvalorizaram sua importância, Paulo interveio para dizer que essas questões eram cruciais e as respondeu. Nesse momento eu realmente tive amor por ele, porque ele exemplificou com atos os princípios de sua obra. Se ele tivesse tentado silenciar ou desvalorizar uma crítica feminista, muitas coisas teriam mudado para mim. E não era suficiente, para mim, que ele reconhecesse seu ‘sexismo’. Eu queria saber por que ele não tinha mudado esse aspecto de sua obra anterior, por que não tinha reagido a ele em seus escritos. Então, ele falou que se esforçaria mais para falar e escrever publicamente sobre essas questões - fato que ficou claro em sua obra posterior. (HOOKS, 2013, p.78-79, grifo nosso).

Este manuscrito, a que nos atrevemos a escrever, além de evidenciar relações entre Paulo Freire (2000) e Bell Hooks (2013) tenta ainda responder os seguintes questionamentos: De que forma os escritos de Paulo Freire continuam a nos impactar? Como repensá-lo à luz das experiências e das vivências pedagógicas,



sobretudo aquelas que elucidam uma educação democrática e cidadã? A amplitude destes questionamentos de fato corrobora para refletirmos, enquanto educadores, na Pedagogia da Indignação em que as realidades vivenciadas nesses tempos de pandemia se diferenciam entre as classes sociais, demarcando com mais ênfase nos textos de Paulo Freire.

Sendo assim, acreditamos que educação enquanto ato de esperança requer práticas pedagógicas transgressoras, e que o princípio democrático e participativo seja consolidado para o alcance da cidadania, requerendo a tomada de consciência enquanto meio (e não como fim). Por esta razão, convidamos você, caro leitor (a) a também se debruçar nas leituras do Paulo Freire e de Bell Hooks e a compreender as entrelinhas das escritas a partir dos lugares de falas e dos contextos que os rodeiam.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação enquanto prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

SOUZA FILHO, Vinebaldo Aleixo de. **Ensinar a transgredir**. Revista periferias. 2021. Disponível em <https://revistaperiferias.org/materia/resenha-ensinar-a-transgredir-bell-hooks/>. Acesso em 04 set. 2021.





CAPÍTULO 10

ENSINO JURÍDICO, DESENVOLVIMENTO E A TEORIA DA AÇÃO ANTIDIALÓGICA EM PAULO FREIRE

Marco Aurélio de Jesus Pio

O direito é uma ciência dinâmica e que se estrutura dentro das ciências sociais aplicadas. Neste aspecto, sua constante dialética com as mudanças sociais, apontam para a necessidade de seus estudos também pairarem sob uma perspectiva transdisciplinar, buscando interagir em outros campos do saber ou temas correlatos ao campo social para iluminar a descoberta de novos caminhos jurídicos.

Aliás, o ensino jurídico no Brasil se alinha com essa dinamicidade, uma vez que se pulveriza em todo o país para pessoas das mais diversas origens, condições sociais, econômicas, culturais e com objetivos distintos. Muito além da análise do público-alvo, o estudo merece atenção também nos tipos e estruturas de Instituições de Ensino Superior que ofertam o curso hodiernamente, sua modalidade e finalidade.

Claro que não é possível a obtenção de um conhecimento complexo e completo em todas as suas dimensões, uma vez que o direito também é dogmático e impõe um ensino e produção muitas vezes fragmentados. Certo é que não se pode permitir isolar a ciência jurídica do contexto social, sob pena de não ser funcional ou servir à sua principal instrumentalidade, a saber: resolver conflitos e manter a harmonia social (ECCARD; SILVA, 2016).

Neste ensaio proposto, o ensino e estudo do direito se relaciona diretamente com o desenvolvimento nacional e com a teoria da ação antidialógica do mestre Paulo Freire, em uma interface que busca aprofundar essa perspectiva transdisciplinar do Direito com outros campos do conhecimento, operando uma reengenharia de interação entre as necessidades do mundo moderno e, por isso mesmo, essa interação será fundamental para desconstrução e reconstrução de alguns dogmas e concepções políticas e ideológicas.

No livro "A pedagogia do Oprimido" Paulo Freire apresenta uma pedagogia que estabelece uma nova forma de relação entre professor, estudante e sociedade. Nesta relação, marcada por uma análise marxista, Freire destaca o oprimido e o opressor na relação educacional, e por extensão no desenvolvimento da vida social (FREIRE, 2014).

No capítulo IV da sua obra, Freire destaca ainda a Teoria da Ação Antidialógica, destacando que no sistema de opressão, são utilizados a conquista, a divisão, a manipulação e a invasão cultural, como forma de dominação.

Essa dominação que nasce no sistema capitalista e se reflete na educação, está relacionada com o desenvolvimento em sua perspectiva mais holística, ou seja, desenvolvimento como processo de ampliação das liberdades, capacidades e oportunidades das pessoas (GADOTTI, 1996; SEN, 2010).

Tradicionalmente a aceção de desenvolvimento mais conhecida é a que deriva



da dimensão econômica, que está consubstanciada como um fenômeno histórico ocorrido em alguns países a partir do surgimento do capitalismo no mundo. O desenvolvimento econômico é a perspectiva de desenvolvimento mais estudada no último século ao lado e se relacionando com o capitalismo (BRESSER-PEREIRA, 2006). Nesta esteira, desenvolvimento econômico e capitalismo andam sempre juntos e de mãos dadas, exigindo que para conhecer um é necessário estudar o outro e vice-versa.

Mas, diante de diversas crises do capitalismo e do liberalismo econômico no século passado, assim como mudanças de comportamento na atuação do Estado na promoção do crescimento econômico e/ou intervenção nas políticas públicas para melhoria da qualidade de vida, atualmente essa relação e perspectiva teórica tem sido cada vez mais superada na maioria dos países quando se discute o desenvolvimento.

Em síntese, o desenvolvimento econômico promove a melhoria dos padrões de vida de poucas pessoas, mas não resolve todos os problemas de uma sociedade, devendo os estados nacionais modernos buscar ao lado do desenvolvimento econômico, estratégias e políticas de promoção de segurança, liberdade, justiça social e proteção do ambiente, como verdadeiros indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento humano a serem alcançados em prol das pessoas (DUPAS, 2006; HARVEY, 2017).

Nesta esteira, a ineficácia das políticas neoliberais para os países periféricos no setor social e de bem-estar trouxeram desastrosas marcas a partir da década de 1990, como desemprego, pobreza e miséria em massa, alta concentração de renda e desigualdades sociais, elevados índices de mortalidade infantil e analfabetismo, dentre outras mazelas que se intensificaram mesmo diante da industrialização e conseqüente crescimento econômico de países como o Brasil. (DUPAS, 2006).

Deste modo, surgiram novas alternativas desenvolvimentistas que pudessem dar conta do problema gerado pelo neoliberalismo para os países periféricos. Na década de 1990, o indiano Amartya Sen e o paquistanês Mahbub Ul Haq propuseram uma teoria alternativa que visava o desenvolvimento humano para além do desenvolvimento econômico (SILVA et al, 2016).

Criaram então, o índice de desenvolvimento Humano (IDH) que analisa o bem-estar das pessoas através da renda, expectativa de vida e educação. Assim, estabelece-se uma relação entre o crescimento econômico e a necessidade e oportunidade que a população tem de fazer suas escolhas e exercer sua cidadania, buscando resultados mais justos e igualitários dentro do próprio sistema capitalista, inclusive no que diz respeito a educação, e é neste ponto que pinçamos o ensino jurídico para esse debate (BEDIN, 2003; SILVA et al, 2016).

A intensa atividade jurídica no país impulsionou cada vez mais pessoas a ingressarem nos cursos de direito com a finalidade de mudar de vida. Elas buscam o



direito como uma “tábua da salvação” diante de tantos problemas com a ausência de desenvolvimento efetivo. Até parece fácil: ingressar, cursar, formar, trabalhar e mudar de vida. Mas não é tão simples assim.

As universidades públicas têm poucas vagas em cursos de direito, e, diante da grande procura, nas últimas décadas o Brasil teve um assustador aumento de cursos de direito em faculdades privadas, tornando-se o país com maior número de faculdade de direito do mundo. A questão que merece maior reflexão é que os indicadores de quantidade, não apontam na mesma direção da qualidade (FGV, 2021).

A principal preocupação em torno do ensino jurídico no Brasil, neste cenário, é a formação apenas com a falso e suficiente habilitação do aluno para ser aprovado no Exame de Ordem e em concursos públicos, e para isso, parece bastar a conclusão do curso com conhecimento mínimo de legislação, doutrina e jurisprudência, apenas memorizando bases dogmáticas, sem criticidade e reflexão.

Neste ponto, chama-se Paulo Freire (2014) ao debate quando afirma que a dialogicidade, essência da educação como prática de liberdade, deve se pautar na ação, reflexão e ação transformadora, colocando a palavra com esse funcionalismo instrumental de transformar o mundo e as pessoas da opressão e dos opressores, que conquistam também através do método bancário de transmissão de conhecimento.

Mas o contrário do que ensina Freire, o ensino do direito parece ter se tornado uma receita de bolo, aplicada em todo o país de forma quase que homogênea, sem fomentar a desconstrução e reconstrução de dogmas, sem convidar o aluno a pensar politicamente a relação de poder em volta do ensino jurídico em um Brasil marcado pela ausência de desenvolvimento como liberdade e por tantas desigualdades e injustiças, e apenas emitindo diplomas. Veja-se que dentro do sistema de opressão antidialógico, essa estratégia tem sentido para o opressor e faz parte dos elementos da conquista e da manipulação (CHAUÍ, 2013; FREIRE, 2014).

Ao cabo do curso, nem a sua própria realidade o estudante consegue transformar, muitas vezes frustrados por não conseguir aprovações para exercer a atividade profissional, percebe que sua realidade social e econômica continua a mesma. E o país segue acumulando uma grande quantidade de bacharéis em direito sem exercício da sua profissão jurídica, sobrevivendo em diversas outras atividades ocupacionais distantes de sua formação superior.

Vê-se que neste contexto, ocorre o impedimento de união, no campo jurídico, das massas que formam a maioria oprimida, o que facilita a manutenção da opressão. A divisão é sempre necessária para poder haver a dominação, a união das massas é perigosa para os opressores e sua manutenção de poder (NETTO, 2004; FREIRE, 2014).

Percebe-se então que os cursos com baixa qualidade estão a serviço apenas do



capitalismo, buscando obter lucro por meio da educação superior, sem oferecer a educação como base para um desenvolvimento de liberdade. Há uma invasão cultural com o ensino jurídico meramente dogmático, como instrumento da conquista opressora e alienante, freando sua criticidade, criatividade, pensamento livre, crescimento e desenvolvimento (ÁVILA, 2009; HARVEY, 2017).

Portanto, o desenvolvimento humano como um processo de ampliação das liberdades das pessoas, com relação às suas capacidades e as oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter com dignidade, fica em segundo plano. Nesse processo de expansão das liberdades que deveriam se incluir as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais necessárias para garantir uma variedade de oportunidades para as pessoas, bem como o ambiente propício para que cada uma exerça, na plenitude, seu potencial de crescimento, fica de lado, sob dominação dos opressores, com o fim de evitar uma ascensão dos oprimidos. (SEN, 2010, FREIRE, 2014).

Assim, tendo em vista que a educação é uma dimensão do desenvolvimento e ao mesmo tempo é um instrumento de libertação social, econômica e política, considera-se que o direito ao desenvolvimento em âmbito social se revela também como direito fundamental adotado pela Constituição Federal de 1988, que por ótica principiológica semelhante são expressões de direitos humanos consagrados internacionalmente. Logo, a classe oprimida tem o direito humano e fundamental de se desenvolver por meio da educação, como prática da ação transformadora e de reflexão, na busca pela liberdade do sistema opressor, para que através do pensamento crítico haja liberdade política e liberdade de oportunidades.

Referências

ÁVILA, Humberto. "Neoconstitucionalismo": entre a "ciência do direito" e o "direito da ciência". **Revista Eletrônica de Direito do Estado (REDE)**, Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, nº 17, janeiro/fevereiro/março, 2009. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/rede.asp>. Acesso em: 09 dez. 2020.

BEDIN, Gilmar Antonio. Direitos Humanos e Desenvolvimento: algumas reflexões sobre a constituição do direito ao desenvolvimento. **Rev. Desenvolvimento em Questão**, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 1, jan.-jun., 2003, p. 123-149. ISSN: 1678-4855. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75210107>. Acesso em 12 jan 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico**. FGV Biblioteca Digital, 2006. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/1973> > Acesso em: 16 jan. 2021.

CHAUI, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

DUPAS, Gilberto. **O Mito do Progresso**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

ECCARD, Ana Flávia Costa; SILVA, Leonardo Rabelo de Matos. Do Cosmos ao Caos: Uma Forma de Pensar o Ensino Jurídico a Partir da Leitura de Warat. **Revista Brasileira de Filosofia do Direito**, Florianópolis (SC), v. 2, n. 1, jan-jun, 2016. E-ISSN: 2526-012X. p. 1-16. DOI: <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLaw->



Journals/2526-012X/2016.v2i1.1709

FGV. **Observatório do Ensino do Direito**. São Paulo: FGV, 2021. Disponível em: <https://direitosp.fgv.br/observatorio-ensino-direito>. Acesso em 21 jul. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 67 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire: uma bibliografia**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1996.

HARVEY, David. **17 Contradições e o Fim do Capitalismo**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

NETTO, José Paulo. **Marxismo impenitente: Contribuição à história das ideias marxistas**. São Paulo: Cortez, 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento Como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Afrânio et al. **Sociologia em movimento**. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2016.



CAPÍTULO 11

DIREITOS HUMANOS NO SÉCULO XXI: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA ATUALIDADE

Fabricia Carvalho da Silva

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem proceder uns em relação aos outros com espírito de fraternidade”. (Declaração Universal dos Direitos Humanos)

Os direitos humanos norteiam a vida de todas as pessoas e são utilizados como referência para a garantir a existência e aplicação de todos os demais direitos e princípios legais existentes em nossa sociedade. É o reconhecimento universal de que existem aspectos básicos da vida em sociedade, apesar das diferenças e esses aspectos gerais, como vida, liberdade, trabalho, segurança, saúde, educação e etc. devem ser respeitados e garantidos a todos os seres humanos.

Direitos Humanos são uma categoria de direitos básicos assegurados a todo e qualquer ser humano, não importando a classe social, raça, nacionalidade, religião, cultura, profissão, gênero, orientação sexual ou qualquer outra variante possível que possa diferenciar os seres humanos. (Porfírio, 2021 p.1)

A formação desses direitos tem como marco histórico a segunda guerra mundial, tido como o período em que a humanidade vivenciou as maiores atrocidades praticado contra os seres humanos na história recente. Porém, a história dos direitos humanos se divide em dois grandes momentos: anterior e posterior a segunda guerra mundial.

O período da Segunda Guerra Mundial foi marcado por um novo momento na história dos direitos humanos com o surgimento do desenho de um sistema internacional que pudesse ser criado para prevenir a repetição de eventos como ocorridos durante aquele período. A partir desse momento foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), colaborando com a manutenção da paz mundial, estimulando a cooperação dos países na solução de problemas internacionais de várias ordens. A ONU tem como objetivo proteger os direitos humanos, promover o desenvolvimento econômico e social das nações, estimular a autonomia dos povos dependentes e reforçar os laços entre todos os estados soberanos.

De forma geral temos como principais fontes do Direito Internacional para consecução dos Direitos Humanos, a Carta das Nações Unidas (1945) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948, e um conjunto de Convenções internacionais adotadas pela ONU: dois Pactos de 1966 respectivamente sobre os direitos civis e políticos e sobre os direitos econômicos, sociais e culturais; as Convenções sobre o genocídio (1948), a discriminação racial (1965), a discriminação das mulheres (1979), a tortura (1984), as crianças (1989). (PAPISCA, 2002).

No entanto, apesar de todos os avanços e garantias legais asseguradas com a evolução dos direitos humanos naquele momento, na prática muitas violações de direitos humanos seguiram acontecendo, mesmo que com menos intensidade. Nas palavras de (Porfírio, 2021) “Nesse primeiro momento, tanto a declaração americana quanto a francesa não asseguravam direitos amplos a todos os membros da

raça humana, pois, no período, mulheres ainda não possuíam todos os seus direitos civis garantidos e ainda havia escravidão.”

A sociedade se modificou com o passar do tempo, subgrupos surgiram e os direitos humanos tiveram que ser expandidos para acompanhar a evolução da humanidade, para atender ao seu objetivo de ser universal. E para afirmar que os direitos humanos são universais significa dizer que todos os seres humanos são detentores desses direitos, sem discriminação alguma. Dessa forma todas as pessoas devem ter acesso a todos os tipos de direitos.

Dessa forma, é imprescindível entender que os direitos humanos não foram criados para proteger ou beneficiar algumas pessoas e condenar outras, mas, servem para as pessoas em geral. Então, frases repetidas pelo senso comum, como “Direitos Humanos servem apenas para proteger bandidos”, estão completamente incorretas e fora da lógica do que significa de fato os direitos humanos, uma vez que estes direitos são uma proteção a todos os humanos.

Trata-se de defender direitos coletivos e individuais, assim não é possível defender o direito de todos/as sem defender o direito de cada um/a. É importante, ressaltar ainda que os direitos são inalienáveis, ou seja, não podem ser transferidos de uma pessoa para outra, seja de forma gratuito ou em troca de algum benefício, e independe de uma escolha individual, todo ser humano nasce dotado desses direitos. E que são ainda princípios dos direitos humanos a universalidade, Indivisibilidade, Interdependência, exigibilidade, históricos.

A consolidação dos direitos humanos, possibilita que todas as pessoas possam viver com dignidade baseado nos seguintes princípios: Liberdade: que se refere a possibilidade de atuação dos seres humanos em busca de sua realização pessoal, de sua felicidade, democracia; Igualdade: diz respeito à garantia dos direitos básicos à todas as pessoas de o forma indistintas, deve ser construída pela consciência social e requer contínua atenção para não ser ferida; Dignidade: é o respeito pela honra de cada ser humano, física e psicologicamente; Fraternidade: tida como princípio que rege as nações no sentido da solidariedade em relação aos outros seres humanos. Devemos ter consciência e clareza de que a ideia central é a de que Direitos Humanos são uma forma de ver a vida, gerando uma prática respeitadora dos direitos das outras pessoas, construída necessariamente por meio da prática da tolerância, na convivência, nos ambientes da família, da moradia, do trabalho e da vida pública em geral (CFESS, 2014).



Declaração Universal Dos Direitos Humanos 10 de dezembro 1948, é composta de 30 artigos que expomos a seguir, na versão popular de Frei Beto (DHNET [on-line]),

Todos nascemos livres e somos iguais em dignidade e direitos. Todos temos direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal e social. Todos temos direito de resguardar a casa, a família e a honra. Todos temos direito ao trabalho digno e bem remunerado. Todos temos direito ao descanso, ao lazer e às férias. Todos temos direito à saúde e assistência médica e hospitalar. Todos temos direito à instrução, à escola, à arte e à cultura. Todos temos direito ao amparo social na infância e na velhice. Todos temos direito à organização popular, sindical e política. Todos temos direito de eleger e ser eleito às funções de governo. Todos temos direito à informação verdadeira e correta. Todos temos direito de ir e vir, mudar de cidade, de Estado ou país. Todos temos direito de não sofrer nenhum tipo de discriminação. Ninguém pode ser torturado ou linchado. Todos somos iguais perante a lei. Ninguém pode ser arbitrariamente preso ou privado do direito de defesa. Toda pessoa é inocente até que a justiça, baseada na lei, prove o contrário. Todos temos liberdade de pensar, de nos manifestar, de nos reunir e de crer. Todos temos direito ao amor e aos frutos do amor. Todos temos o dever de respeitar e proteger os direitos da comunidade. Todos temos o dever de lutar pela conquista e ampliação destes direitos.

Os direitos humanos são princípios internacionais que servem para proteger, garantir e respeitar cada ser humano. Sua realização deve assegurar a todas as pessoas uma vida com dignidade. A luta contra a opressão, pela liberdade e pela vida fez surgir a concepção dos direitos humanos. São direitos que valem para todas as pessoas do mundo.

São universais e estão organizados em Direitos civis: direito a igualdade perante a lei, o direito a um julgamento justo, o direito de ir e vir, direito à liberdade de opinião, entre outros. Direitos políticos: direito à liberdade de reunião, direito de associação, direito de votar e de ser votado, direito de pertencer a um partido político, direito de participar de um movimento social, entre outros. Direitos sociais: o direito à previdência social, direito ao atendimento à saúde e tantos outros direitos neste sentido. Direitos culturais: direito à educação, direito de participar da vida cultural, direito ao progresso científico e tecnológico, direito à informação, entre outros. Direitos econômicos: o direito à moradia, direito ao trabalho, direito à terra, direito às leis trabalhistas, entre outros. Direitos ambientais: os direitos de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente, utilizando recursos naturais sustentáveis. Esses direitos são chamados de fundamentais porque são os mais importantes. Eles são a base de toda e qualquer sociedade que se pretenda justa e igualitária.

O Brasil assinou muitos documentos se comprometendo a respeitar, garantir e proteger os direitos humanos. Nossa Constituição Federal 1988 foi elaborada com base nesses direitos que são referendadas e regulamentados por meio dela em nosso país. A exemplo, dos fundamentais previstos no Artigo 5 e 6 entre outros muitos artigos que tratam da efetivação dos direitos humanos.



Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta. (CF, 1988, p 2 e 6)

Os limites dos direitos humanos é que eles são apenas pontos de partida, que oferecem um conjunto de exigências mínimas para a garantia da dignidade de pessoas diversas.

E as condições para a garantia desses direitos estão sempre em confronto direto com os interesses da sociedade capitalista, por isso sua implementação exige processos de luta que ultrapassam a esfera da democracia formal. Por essa razão, os maiores desafios para os direitos humanos na atualidade estão no campo do combate à violência em todas as suas formas: violência contra as mulheres, pessoas idosas, crianças, adolescentes e jovens, extermínio da juventude negra, preconceito racial e xenofobia, violência contra a população LGBTQIA+, população em situação de rua entre outros grupos e seguimentos marginalizados e vítimas recorrentes do atual sistema de desenvolvimento desigual, injusto e desumano.

Além da consciência dos limites desses direitos, é preciso se ter consciência também sobre sua capacidade de se constituir em mediações na resistência e combate à barbárie que se instala no seio das disputas do movimento contraditório próprio da sociedade capitalistas. Deste modo, podemos e devemos cobrar dos governantes o dever de zelar por uma sociedade justa e sem violência. O povo tem poder legítimo de exigir do Estado o cumprimento dos direitos humanos.

Vivemos, ainda no início do século XXI, e a barbárie contemporânea da “faxina étnica” – quando se mata em nome da suposta pureza de um povo, que estaria sendo contaminada pelo sangue dos “diferentes” – e do fundamentalismo religioso, quando incentiva o desejo de matar em nome de uma crença ou questões ligadas a religiosidade. Nesse contexto, combatero trabalho escravo, trabalho infantil, combate a lgbefobia, ao rascismo e todos os tipos de crimes de ódio e preconceito se torna pauta central e cotidiana no contexto dos direitos humanos e é o que se deve buscar em todos os campos de atuação profissional e/ou vivência social.

Referências

BENEVIDES, Maria Victoria. - **12 - Direitos humanos: desafios para o século XXI** in Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos/ Rosa Maria Godoy Silveira, et al. – João Pessoa: Editora Universitária, 2007. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/20_cap_2_artigo_12.pdf - Acesso em agosto de 2021



BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS Centro de Documentação e Informação -ONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em: file:///C:/FABRICIA/MATERIAL%20DE%20ESTUDO/LIVROS%20E%20TEXTOS/Constituicao%20Federal%20198%20TextoAtualizado_EC%20111.pdf - Acesso em agosto de 2021

CFESS. **Curso Ética em Movimento** – Módulo Ética Profissional e Direitos Humanos. 2014.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Versão Popular de Frei Betto**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/betto.htm> - Acesso em agosto de 2021.

PAPISCA, Antonio. **Linhas para uma Nova Ordem Política Mundial**. In LYRA, Rubens Pinto. **Direitos humanos: os desafios do século XXI – uma abordagem interdisciplinar**, Brasília: Brasília Jurídica, 2002.

PORFÍRIO, Francisco. **Direitos Humanos são uma categoria de direitos assegurados a qualquer membro da humanidade e são respaldados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/imprimir/123919> - Acesso em agosto de 2021.

Rosemary Midori Sugita Oshima

Centro Universitário Estácio São Luís

É gratificante vivenciar tão belo resultado do I Simpósio Internacional da Estácio São Luís - SIES. Acompanhar o nascimento após um planejamento cuidadoso em que os objetivos traçados visavam atender um sonho da do Centro Universitário Estácio São de Luís, cujo foco era reunir num mesmo espaço pessoas de diferentes esferas, formações para apresentar suas reflexões a respeito dos princípios de Paulo Freire, o patrono da educação brasileira.

Por uma justa homenagem em comemoração aos 100 anos de seu nascimento e por sua representatividade no meio da educação. E nesse sentido dado o papel das universidades para a prática da educação libertadora, inclusiva e crítica resultou nesse e-book, uma forma de compartilhar saberes e experiências para a construção coletiva do conhecimento.

Este evento sendo originário de vários olhares sobre o que significa a educação autônoma, resulta aqui o propósito da educação cujo objetivo é divulgar, levar além o conhecimento. Durante a realização do SIES já foi possível comprovar que seu objetivo foi aliado, congregando várias personalidades importantes de diferentes localidades reunidos para debater a educação de forma ampla fazendo jus ao que preconizava o homenageado do evento.

Paulo Freire promoveu um ato revolucionário por considerar no processo de educar o homem, sua história, o trabalho e a cultura como meio de promover a liberdade. Além disso a sua herança ultrapassa a barreira do ensino enquanto método de alfabetização, pois em sua concepção político e pedagógico circunda a educação e a cultura popular. E com isso, o simpósio trouxe cientistas e profissionais cujo olhar crítico trouxeram a partir das suas formações como biologia, administração, direito, serviço social, publicitários, pedagogos e outros para a questão do movimento que a educação promove.

Como se pode perceber cada parte do e-book traz diferentes abordagens dos princípios de Paulo Freire debatidos por cada um dos autores. Nos aspectos contemporâneos destaco aqui o momento de pandemia em que vivenciamos, em que a educação poderia ser levada a muitos por meio da tecnologia se essa fosse acessível a todos, ou da relação entre a tecnologia e a educação. Em cada seção esta obra traz reflexões que os autores nos presenteiam com suas visões para aspectos importantes das obras de Paulo Freire.

É acima de tudo conveniente ver a contribuição de uma psicóloga sobre a pedagogia da esperança e porque não debater a expressão, comunicação com uma

publicitária sobre a pedagogia do oprimido? É nessa perspectiva que o SIES justifica sua importância no processo de manutenção do debate de uma educação transformadora.

Além de toda a preciosidade trazidas nessa edição foi pensado em uma reflexão temática cuja contribuição para a visão freiriana em uma perspectiva voltada para o ensino superior, para o ensino jurídico, para os direitos humanos incluindo ao direito à educação, e para o que seria o novo normal na educação.

A grande questão trazida aqui é se os princípios freirianos seriam ainda relevantes na atualidade para justificar um evento tão grandioso? Seriam apenas embates com perspectivas do passado? Sim, são tão relevantes porque esclarece a necessidade fundamentais da educação de hoje e porque ainda existe opressão no mundo.

Vivemos na sociedade do conhecimento, na qual se multiplica os espaços de formação, nesse sentido as instituições de ensino precisam ser um espaço organizador dos múltiplos espaços de formação, ou seja, não se limitar a ser leccionadoras e ser mais gestora do conhecimento social.

Trazer a tona tais abordagens é poder honrar a Paulo Freire, estudá-lo, revisar criticamente, retomar os seus questionamentos com ênfases distintas e atuais – assim como toda reflexão deve ser. Além disso, procedimentos como o conviver, pensar, produzir, compartilhar que embasam o desenvolvimento das ações do Centro Universitário Estácio de São Luís foram colocados em prática e com cada troca de conhecimento realizado durante toda a programação do simpósio.

Oportunamente se enaltece aqui o trabalho que está sendo desenvolvido pela Pró-reitoria de pós-graduação, pesquisa, extensão do Centro Universitário Estácio de São Luís, que sob a batuta da Profa. Dra. Elizângela Motta que tem atingido patamares mais elevados nessa seara. Juntamente com os Professores organizadores, nessa publicação identificados, nos presenteia com este e-book ápice da representação que Paulo Freire nos remete: crítico, transformador, humanista, dialogador e emancipador.



AUTORES

Ana Cristina Suzina

Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1998), mestrado em Master en Sciences Politiques - Université Catholique de Louvain (2012) e doutorado em Doutorado em Ciências Políticas e Sociais - Université Catholique de Louvain (2018), atuando principalmente nos seguintes temas: jornalismo, cidadania, comunicação popular, mídias populares e comunicação comunitária. Atualmente, é pesquisadora no Instituto de Mídia e Indústrias Criativas na Loughborough University London.

André Felipe Costa Santos

Docente do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação da Universidade Estácio de Sá (UNESA) na linha de Representações Sociais e Práticas Educativas. Doutor e Mestre em Educação, com ênfase em Psicologia da Educação, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) com período de co-tutela (Doutorado Sanduíche financiado pelo CNPq) na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), México. Especialista em Supervisão/ Orientação Educacional pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL). Graduado em Pedagogia pela Universidade de Brasília (UnB), com período de mobilidade acadêmica na Universidade de Lisboa (UL), Portugal. Atua no Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicologia e Educação (GRUPPE - UnB), no Núcleo de Pesquisa Internacional em Representações Sociais (NEARS/ PUC-SP) (ambos cadastrados no Diretório do Grupo de Pesquisas do Brasil do CNPq) e na Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança (PCECS). Pesquisador associado do Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade-Educação (CIERS-ed/FCC) da Fundação Carlos Chagas (FCC). Tem experiência na área de Psicologia da Educação; Psicologia Social na Educação; Avaliação Educacional; Metodologias de Pesquisa e Ensino; Ciências Sociais na Educação, Direitos Humanos e Educação; Educação para a Paz. ORCID: 0000-0002-6139-5603

Chirlene Pessoa Sousa

Possui graduação em licenciatura em geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (2021). Atualmente é designer educacional da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Tem experiência na área de Geografia Agrária. Atualmente, compõe a equipe de pesquisadores do Grupo de Estudos de Dinâmicas Territoriais (GEDITE - UEMA), atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Rural, Geografia Regional, no grupo de pesquisa Turismo, Cidades e Patrimônio (GPTCP - UFMA) atuando em pesquisas sobre o uso do Território Turístico, Meio Ambiente e Aspectos Socioeducacionais, e no Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Sociedade (GEPTS - UFMA) atuando como técnica nos seguintes temas: políticas públicas no estado do Maranhão, principalmente no que concerne a questão das organizações das cadeias produtivas da mandioca.

Cicilia Maria Krohling Peruzzo

Professora visitante (bolsista Faperj-2019-2021) do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professora visitante (voluntária) do Póscom da Universidade Federal do Espírito Santo. Investigadora Colaborada do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho - Braga, Portugal. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado pela Universidad Nacional Autónoma de México. Fez o mestrado em Comunicação Social na Universidade Metodista de São Paulo e a graduação em Comunicação Social pela Faculdade de Comunicação Social Anhembi. Pesquisadora das linhas de Comunicação popular, comunitária, alternativa e mídia local, além de Relações Públicas, na perspectiva crítica e dos movimentos sociais. Foi coordenadora do Grupo de Trabalho Comunicação e Culturas Populares da Intercom, do Grupo de Trabalho Comunicación Popular, Comunitária y Ciudadanía da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIIC), do GT Comunicação e Cidadania da Associação Brasileira de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) e do Grupo de Pesquisa Comunicação, Responsabilidade Social e Cidadania (Abrapcorp). Coordena o Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local (COMUNI). Foi coordenadora executiva e membro da equipe de coordenação do GT Comunicação e Cidadania da AsiIbercom (Associação Ibero-Americana de Comunicação). Foi presidente e fundadora da Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores Populares em Comunicação Comunitária e Cidadã (ABPCom). Pesquisadora PQ 1B do CNPq. Foi membro de Comitê de Assessoramento de Artes, Ciências da Informação e Comunicação (AC) do CNPq (2016-2019). Presidente da Associação Ibero-Americana de Investigadores da Comunicação (Assibercom). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6384-8848>

Érica Andressa Rocha da Silva

Possui graduação em Psicologia pela Faculdade Pitágoras (MA) (2018). Mestrado em andamento em PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA pela Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil.

Fabricia Carvalho da Silva

Possui graduação em SERVIÇO SOCIAL pelo Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão (2010) e mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Pará (2013). Atualmente é professora da Faculdade Estácio de São Luís e membro da Gestão do CRESS-MA. Tem experiência na área de Serviço Social e Direitos Humanos, com ênfase em elaboração, avaliação e coordenação de Projetos Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: economia solidária - trabalho escravo, trabalhadores rurais, função pedagógica. assistente social. saúde, escravidão - brasil história e pessoas com deficiências. Cidadania e Controle Social.

Grace Kelly Silva Sobral Souza

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão (2013). Graduada em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão (2015). Pós graduada em Supervisão e Orientação Educacional pela Universidade Cruzeiro do Sul. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão CAPES 6 (2017). Doutoranda em Educação - EDUCANORTE/PGEDA/UFPA. Atualmente é pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Maranhão - NEAB-UFMA, onde atua nas pesquisas sobre Patrimônio Cultural Afro-Maranhense, Educação das Relações Étnico-Raciais e Relações de Gênero. É também integrante do Grupo de Pesquisa Turismo, Cidades e Patrimônio da Universidade Federal do Maranhão. (GPTCP/UFMA). Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre formação de professores e relações étnico-raciais - GERA/UFPA.

Jaciara de Sá Carvalho

Professora Adjunta no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESA. É doutora e mestre em Educação pela USP, especialista em Gestão de Processos de Comunicação/ Educomunicação (ECA/USP), bacharel em Comunicação (PUC-SP), com diploma, ainda, em Magistério (nível técnico). É editora-responsável pela Revista Educação e Cultura Contemporânea (A2). Coordena o Grupo (registrado no CNPq) Conexões: Estudos e Pesquisas em Educação e Tecnologia (CEPETec), integra os grupos de pesquisas TIC nos Processos Educacionais (TICPE/UNESA) e Discursos da Educação e Tecnologia DEdTec (PUC-Rio). Participa da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e do Fórum de Editores de Periódicos da Área de Educação (FEPAE), em nível nacional e regional Sudeste. Colabora com o Instituto Paulo Freire, onde coordenou o setor de Educação a Distância e a constituição de redes on-line (2009-2012). Trabalhou no Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) entre 2004 e 2008. Foi professora na Educação Infantil, no Ensino Fundamental I e educadora de crianças abrigadas pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de SP. Tem passagem por veículos da grande imprensa (Folha de S. Paulo e rádios). Suas pesquisas, inicialmente voltadas para educação, comunicação e formação a distância, desde 2015 foram ampliadas para relações entre educação e tecnologias sob abordagens críticas, entre elas, a desenvolvida por Paulo Freire.

Jaime Carril Rojas

Licenciado en Educación, Profesor de Estado en Artes Plásticas de la Universidad de Santiago, Magister en Políticas Educativas, Master en Ciencias de la Comunicación y Periodismo y Dr. En Ciencias de la Comunicación y Periodismo.

João Batista Bottentuit Junior

Doutor em Ciências da Educação com área de especialização em Tecnologia Educativa pela Universidade do Minho, Mestre em Educação Multimídia pela Universidade do Porto, Tecnólogo em Processamento de Dados pelo Centro Universitário UNA e Licenciado em Pedagogia pela Faculdade do Maranhão. É professor Associado II da Universidade Federal do Maranhão, atuando no Departamento de Educação II. É Professor Permanente dos Programas de Pós-graduação em Cultura e Sociedade (Mestrado Acadêmico) e Gestão de Ensino da Educação Básica (Mestrado Profissional). É líder do grupo de Estudos e Pesquisas em Tecnologias Digitais na Educação (GEP-TDE). É membro do comitê científico da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) desde 2012. Desde agosto de 2019 cedido da UFMA para a Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão (FAPEMA) onde assumiu o cargo de Diretor Científico. É avaliador de cursos de graduação presenciais e a distância do MEC/INEP. Ao longo da sua carreira já assumiu os seguintes cargos de gestão: Coordenador do Curso de Pedagogia EAD UFMA (2012-2015), Coordenador Adjunto da Universidade Aberta do Brasil - EAD UFMA (2013-2014) e Coordenador do Mestrado em Cultura e Sociedade - UFMA (2018-2019).

Karolinne Silva Lima

Área de formação LETRAS e PEDAGOGIA, especialista em LÍNGUA PORTUGUESA e mestranda em MEIO AMBIENTE. Experiência em docência de LÍNGUA PORTUGUESA e suas respectivas LITERATURAS no nível superior e ensino médio. No âmbito corporativo possui experiência em correção de informativo empresarial, bem como na assessoria de comunicação. Desde 2013 possui experiência como Procurador Institucional e focal de regulatório do Centro Universitário Estácio São Luís.

Marco Aurélio de Jesus Pio

Graduado em direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), bacharel em segurança pública e do trabalho pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), graduado em filosofia (UEMA), graduado em ciências sociais (UCS-SP), graduando em ciências contábeis (UNESA-RJ), especialista em docência do ensino superior (IESF-MA), especialista em gestão pública (UEMA), MBA em direito do trabalho (Faculdade Pitágoras-MG), especialista em direito militar (Faculdade Ateneu-CE), especialista em direito penal e processual penal (UNESA-RJ), tem mestrado profissional em segurança pública (IUPFA), mestrado em desenvolvimento socioespacial e regional (UEMA), é doutorando em direito (UVA/UNIFACVEST), professor universitário (Direito e Segurança Pública desde 2009), coordenador do grupo de estudos e pesquisa em ciências criminais integradas (Estácio São Luís), coordenador do grupo de pesquisa em direito e desenvolvimento (Estácio/UEMA); pesquisador do laboratório de estudos políticos de defesa e segurança pública (UERJ/ESG); professor e coordenador dos cursos de pós-graduação em direito do Centro Universitário Estácio São Luís, professor do curso MBA em administração pública do Centro Universitário Estácio São Luís, editor-chefe e membro do conselho editorial

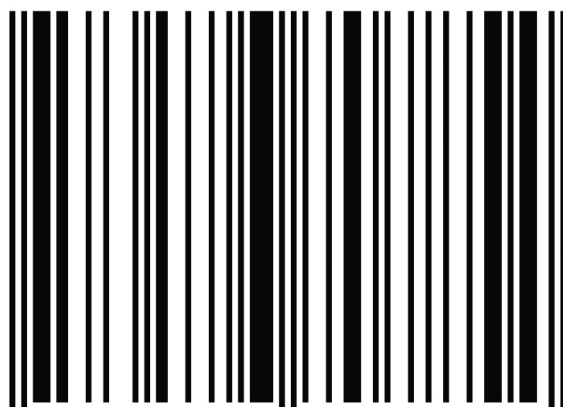
da Z-Prime Editora, servidor público militar estadual desde 2005, atualmente no posto de Tenente-Coronel QOCBM. Membro efetivo e perpétuo da cadeira nº 36 da Academia Maranhense de Ciências, Letras e Artes Militares.

Wendel Vinícius de Freitas Santos

Licenciado em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e suas respectivas literaturas, pela Universidade Estadual do Maranhão. Licenciado em Pedagogia. Especialista em Gestão Educacional. Pós-Graduando em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. Mestrando em Ciências da Educação, com ênfase em Gestão de Instituições Educacionais pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Mestrando em Letras - Teoria Literária pela Universidade Estadual do Maranhão. Atuou como professor de Produção Textual e coordenador de Laboratório de Redação no Ensino Fundamental e Ensino Médio, Gestor Pedagógico do Ensino Médio, Gerente Pedagógico da Educação Infantil, Ensino Fundamental - anos iniciais e finais - e Ensino Médio. Atualmente, ocupa a função de Gerente de Ensino.

ISBN: 978-65-86707-85-4

BR



9 786586 707854